

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A RELAÇÃO DOS AGENTES MULTILATERAIS COM AS GRANDES
CORPORAÇÕES CAPITALISTAS E OS ESTADOS NACIONAIS DOS PAÍSES
PERIFÉRICOS**

BRUNO CAVALCANTE VARELA

Florianópolis, maio de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A RELAÇÃO DOS AGENTES MULTILATERAIS COM AS GRANDES
CORPORAÇÕES CAPITALISTAS E OS ESTADOS NACIONAIS DOS PAÍSES
PERIFÉRICOS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Bruno Cavalcante Varela

Ass.:

Orientador: Professor Pedro Antônio Vieira

Ass.:

Área de Pesquisa: Economia-mundo

Palavras Chave: 1. Estado e corporações capitalistas
2. Exclusão social
3. Impactos Ambientais.

Florianópolis, maio de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

BRUNO CAVALCANTE VARELA

**A RELAÇÃO DOS AGENTES MULTILATERAIS COM AS GRANDES
CORPORAÇÕES CAPITALISTAS E OS ESTADOS NACIONAIS DOS PAÍSES
PERIFÉRICOS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota....; ao aluno Bruno Cavalcante Varela, matricula 01107-046 na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Pedro Antonio Vieira
Presidente

Professor: Nildo Domingos Ouriques
Membro

Professor: Wagner Leal Arienti
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primariamente a minha família, irmãos e pais, que sempre incentivaram o valor do conhecimento e dos estudos para a vida.

Meus amigos, sempre dispostos a ajudar, grandes exemplos de companheirismo que com os questionamentos críticos, tornaram possível a realização desse trabalho.

A todos os anjos e boas energias que conduzem minha existência nesse universo.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Tema e Problema da Pesquisa..... | 1 |
| 1.2 Justificativa | 3 |
| 1.3 Objetivos..... | 6 |
| 1.3.1 Objetivo Geral | 6 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos: | 7 |
| 1.4 Limitação do Estudo..... | 7 |
| 1.5 Metodologia..... | 8 |
| 1.6 Estrutura da Pesquisa | 8 |
| 2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E DEPENDÊNCIA PERIFÉRICA | 10 |
| 2.1 Categorias e Conceitos Principais Utilizados na Pesquisa..... | 10 |
| 2.2 A Dialética Interna da Acumulação Capitalista e a Globalização Financeira..... | 19 |
| 2.3. A Constituição Histórica da Globalização Financeira | 23 |
| 2.4 O Brasil na Globalização Financeira e as Grandes Corporações Globais | 27 |
| 3 A REFORMA DO ESTADO E AS DIRETRIZES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS INTERNACIONAIS | 30 |
| 3.1 Os Fundos de Investimento Internacionais, As Grandes Corporações Transnacionais e os Países Periféricos..... | 30 |
| 3.1.1 Os Agentes Multilaterais e os e os Ajustes Estruturais Exigidos aos Países Periféricos..... | 30 |
| 3.2 Conseqüências das Diretrizes dos Agentes Multilaterais na Economia Periférica Brasileira | 33 |
| 3.3 A Desqualificação dos Governos Nacionais pelo Banco Mundial e FMI | 38 |
| 4 OS RESULTADOS DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS E SEUS AGENTES MULTILATERAIS: GLOBALIZAÇÃO; EXCLUSÃO SOCIAL E IMPACTOS AMBIENTAIS | 42 |
| 4.1 Globalização e Exclusão Social..... | 42 |
| 4.2 Globalização e impactos ambientais..... | 43 |

| | |
|---|-----------|
| 4.3 Resultados Periféricos da Política das Transnacionais e dos Multilaterais: Globalização e Problemas Econômico-Sociais e Sócio-Ambientais | 46 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| 5.1 Conclusões | 53 |
| 5.2 Recomendações da Pesquisa | 55 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 56 |

RESUMO

O presente estudo aborda as relações existentes entre empresas e corporações transnacionais, os agentes multilaterais financeiros e os estados nacionais dos chamados países periféricos. Estes últimos enfrentam problemas histórico-sociais e econômico-políticos crônicos de dependência, financeira, comercial e tecnológica dos países chamados centrais, ou, o Grupo dos sete países mais ricos do mundo (EUA, Inglaterra, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália), onde estão sediadas as empresas transnacionais. Os agentes multilaterais financeiros como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) foram criados em reuniões internacionais promovidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) para viabilizar recursos visando à reconstrução e o desenvolvimento de países capazes de fazer retornar o investimento e os juros. Contudo, fazendo pressão para disciplinar as políticas sociais e públicas, bem como, a economia dos estados nacionais periféricos, dependentes de seus empréstimos, inclusive para pagamento das parcelas atrasadas e dos juros acumulados. Esses agentes financeiros internacionais acabam interferindo e condicionando toda a política interna e externa dos países periféricos. Quando se analisa de mais perto esta situação e se relaciona ela à constante tendência de expansão e aumento de lucratividade das chamadas empresas transnacionais, verifica-se que as políticas colocadas pelos agentes multilaterais aos estados nacionais periféricos correspondem ao interesse de hegemonia absoluta das empresas transnacionais que buscam mais mercados e espaço para investimentos financeiros nos países periféricos, aumentando à dependência destes e, também, causando graves problemas sociais e ambientais.

Palavras-Chaves: Empresas Transnacionais; Agentes Financeiros Multilaterais e Estados Nacionais Periféricos.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema da Pesquisa

O Modo de Produção capitalista, baseado na acumulação da mais valia, ou excedente, produzida pelo trabalho não pago ao trabalhador, tem seu início no século XV em Gênova e outras cidades italianas. Inicialmente, o modo de produção capitalista estava fundado sobre o comércio, especialmente, o marítimo e, passo a passo, vai descobrindo na indústria um meio de produzir mercadorias e acumular riquezas, bem maior do que o comércio da produção artesanal, agrícola e extrativista que era a base da economia dos modos de produção anteriores.

Marx (1985), quase no fim do Século XIX, vai mostrar que as contradições sociais são geradas por mecanismos endógenos ao modo de produção capitalista. Este não pode funcionar e se expandir gerando igualdade social, ao contrário, só pode fazer isso aumentando os impactos ambientais e a desigualdade social entre trabalhadores e população em geral, de um lado, e os empresários e funcionários do sistema de outro, aumentando os custos sociais em cima da maioria da população e da natureza sobre a qual recaem os impactos ambientais gerando os denominados problemas sócio-ambientais. Nesse sentido, Marx (1985), profetizava que, ou o capitalismo seria superado por um outro modo de produção que conseguisse eliminar as desigualdades econômicas e políticas, ou então, ele arrastaria a humanidade para a barbárie. Os sintomas e as evidências do que Marx falou estão todas aí.

Arrighi (1996) distingue quatro ciclos sistêmicos no desenvolvimento do capitalismo, sendo que o primeiro é o ciclo genovês do século XV ao início do século XVII, o segundo é o ciclo holandês do fim do século XVI estendendo até o século XVIII, o terceiro é o ciclo britânico, que vai da segunda metade do século XVIII até o início do século XX e, em quarto um ciclo norte-americano que começa na segunda metade do século XIX e se estende até o presente.

O ciclo de acumulação capitalista americano se inicia em torno de 1870, caracterizando-se por centralizar redes de produção, comércio, distribuição, força e poder; tendo importância fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital e de configuração do sistema internacional de poder contemporâneo, comandando a economia mundial, constituindo um modo

de produção, uma economia de mercado e um padrão de cultura e comunicação mundial presente em todos os pontos do planeta, a chamada globalização que se consolida na década de 90.

Nessa expansão e evolução do capitalismo, há a polarização do poder econômico e político por uma nação cuja forma é as grandes corporações e suas influências nos demais países do globo, interferindo na política interna dos estados nacionais, segundo seus próprios interesses de expansão, ocasionando impactos sociais e ambientais negativos nos chamados países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos.

No processo de expansão capitalista, os bancos e o capital financeiro sempre representaram papel predominante, sendo que no início, no capitalismo florentino, teve que haver uma super-acumulação de capital decorrente do comércio marítimo depositadas em grandes bancos que, então, floresceram, para que depois a indústria e a tecnologia começassem a se desenvolver a partir dos financiamentos bancários (DELEUZE; GUATTARI, 1976).

Na fase atual de globalização, onde a interação entre a revolução das comunicações e o alcance de um capitalismo global que tem uma força, inevitabilidade e uma rapidez jamais vistos na história. (GIDDENS; HUTTON, 2003), grande parte do capital financeiro constitui os chamados agentes, ou organismos, multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), que, representando os interesses das grandes corporações transnacionais, interferem nas políticas e economias internas dos estados nacionais implantando o neoliberalismo como nova forma de dominação capitalista.

Para as grandes corporações capitalistas transnacionais, sediadas, principalmente, nos EUA e nos demais países ricos do Grupo dos sete, G-7, os países do denominado terceiro mundo devem servir como consumidores de seus produtos e serviços e devem ser fornecedores de materiais, produtos e serviços básicos. Eles podem servir, também, segundo o ponto de vista hegemônico atual, como depositários de uma série de indústrias cujos detritos e poluentes não são tão facilmente aceitos em seus países de origem.

Para por isso em prática, além dos agentes multilaterais financeiros, constituíram-se, sob a égide autoritária dos países centrais (G-7), entidades como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a ALCA, proposta norte-americana de livre comércio na América Latina, em função de uma ideologia camuflada sob o conceito inocente de livre comércio.

Neste contexto, as empresas transnacionais, ou as grandes corporações capitalistas atuais, buscam controlar a política interna e externa dos países chamados subdesenvolvidos, orientando

as políticas nacionais em direção às suas estratégias e interesses de mercado, usando como organismos disciplinadores os agentes multilaterais referidos. Através dos grandes fundos financeiros internacionais, camuflados de bancos de reserva mundial, grandes corporações financeiras capitalistas sediadas nos EUA, as empresas transnacionais, os EUA e o G-7 tem conseguido fazer com que, sob a ameaça de cancelamento de investimentos e empréstimos ou com a promessa destes, os governos nacionais dos países periféricos adotem cada vez mais as estratégias de dominação econômico-política que tendem a fortalecer a atual hegemonia.

Assim, nesta pesquisa se busca mostrar que este controle, vem sendo exercido de forma constante e paulatina, durante as últimas décadas da chamada globalização econômica, através dos grandes agentes multilaterais que são os fundos financeiros internacionais ou agências financeiras internacionais e organizações de livre comércio que estão sob o controle norte-americano.

Dentro deste contexto, esta pesquisa busca saber como acontece essa relação entre as empresas transnacionais, os agentes multilaterais financeiros, especificamente o Banco Mundial e o FMI, e suas relações político-financeiras com os estados nacionais periféricos, subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Também, se pretende descrever elos causais que podem existir entre esta relação de subordinação dos países periféricos aos agentes multilaterais e às empresas transnacionais e os impactos sociais e ambientais negativos que são gerados pela economia capitalista nesses países periféricos, tendo por referência o período histórico da globalização a partir da década de 90 até o presente.

Para responder a esta questão, na primeira parte da pesquisa é feita uma fundamentação teórica a partir da perspectiva econômico-política marxista.

Na segunda parte da pesquisa, serão abordados autores nacionais que estudam as relações entre o fenômeno da globalização a partir da expansão integrada das grandes corporações e dos agentes multilaterais e sua influência sobre as política e economia dos estados nacionais periféricos.

1.2 Justificativa

A expansão da economia capitalista mundial globalizada tende a acentuar a tendência a se manter os estados nacionais fortemente atados aos interesses e determinações das corporações

internacionais, principalmente, aos chamados fundos mundiais de investimento, grandes agentes, ou corporações, financeiras internacionais. Cada vez mais, os estados nacionais dos países periféricos impõem leis e regulamentações que obrigam a sociedade inteira a se integrar completamente no modo de produção capitalista globalizado (MARTIN E SHCUMANN, 1999).

O presente estudo torna-se relevante dentro do atual contexto de pesquisas que buscam refletir sobre as promessas econômicas e políticas dos ideólogos da globalização, os neoliberais, e os efeitos reais da globalização nos países periféricos, tais como: a exclusão social crescente e os impactos ambientais causados por empreendimentos depredadores ou poluidores. É necessário fazer uma síntese destas pesquisas fazendo as ligações causais entre o interesse desmedido de maximização de lucros dos grandes grupos e corporações capitalistas transnacionais, os grandes agentes financeiros internacionais e as políticas neoliberais que passaram a ser defendidas por governos de direita e de esquerda dos países do terceiro mundo. São muitas e abundantes as pesquisas acadêmicas ou outras que insistem sobre as referidas relações (VIANA, 2001).

De acordo com Simionatto (2006), essas relações entre empresas transnacionais, representadas pelos grandes agentes multilaterais, financeiros e comerciais, e os governos nacionais dos países periféricos têm resultado em processos de privatização de serviços públicos básicos, redução de direitos e de políticas públicas de investimentos social, cultural e ambiental, com focalização da assistência social sobre grupos fragmentados de população de risco, etc. Estas relações estão expressas nas diretrizes elaboradas pelo Banco Mundial, em um documento intitulado "O Desenvolvimento Mundial", publicado em 1997, e de outros documentos similares publicados pelo Fundo Monetário Internacional e que servem de base, também, ao discurso neoliberal de livre comércio e queda das barreiras alfandegárias defendidas por agentes multilaterais como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

No Brasil, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, continuando com o Governo Luis Inácio da Silva (Lula), vem ocorrendo a incorporação das diretrizes dos grandes fundos de investimento internacional, não sem resistências, às políticas nacionais de desenvolvimento social. Aparentemente, essas diretrizes econômicas, sociais e políticas, estão de acordo com interesses nacionais tais como: eliminação da corrupção pública, eliminação das desigualdades sociais e a preservação ambiental. A pressão feita sobre os estados nacionais, através dos agentes

multilaterais financeiros, é o corte nos investimentos e empréstimos nos quais os estados nacionais periféricos já estão dependentes há muito tempo (LIMA, 2005).

È evidente, que em uma economia capitalista os interesses do credor não sejam os mesmos do devedor e, assim, o FMI e o Banco Mundial (BIRD) possuem interesses e metas contrárias aos reais interesses das populações das nações periféricas. As prescrições desses agentes multilaterais, seguidas pelos governos nacionais periféricos, determinam privatizações suspeitas de empresas públicas que, geralmente, acabam sendo compradas pelo capital estrangeiro por preços irrisórios como foi o caso da Siderúrgica de Volta Redonda vendida durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Também, ocorre, por influência desses agentes multilaterais, a privatização de serviços básicos, reformas legislativas e institucionais que implicam a perda de direitos e assistências securitária e previdenciária com o desmantelamento das instituições e a aceleração da produção industrial básica que tende a aumentar os impactos sociais e ambientais negativos (LIMA, 2005; DUPAS, 2006; KUTTNER, 2003, SIMIONATTO, 2006; VIANA, 2001).

O presente estudo torna-se relevante dentro do atual contexto de pesquisas que buscam mostrar que as diretrizes propostas pelas agências financeiras internacionais longe de atenderem os objetivos nacionais países periféricos como o nosso, atendem os interesses das grandes corporações capitalistas, sendo causa de desigualdade e exclusão social crescente e de impactos sócio-ambientais catastróficos em países ditos do terceiro mundo como o Brasil (KUTNER, 2003; SIMIONATTO, 2006; DUPAS, 2006).

É necessário fazer uma síntese destas pesquisas e refletir sobre elas porque elas mostram que as causas dos grandes desequilíbrios e crises sociais e sócio-ambientais, que tendem a se acentuar consideravelmente no decorrer deste século, sendo decorrência do modo de produção capitalista e de sua forma de intervenção nas políticas nacionais.

Dupas (2006), afirma que a economia globalizada tem produzido efeitos estruturais que fazem com que os estados nacionais dos países ditos subdesenvolvidos e em desenvolvimento cada vez mais sejam obrigados a seguir os ditames das grandes corporações, incluindo aí os grandes fundos de investimento. Estas diretrizes capitalistas fazem com que aumente a desigualdade social e a dependência desses países em relação aos países centrais. É de necessidade vital preciso entender essa dinâmica da acumulação capitalista atual em detrimento das economias periféricas e poder intervir sobre ela porque a situação social dos países

subdesenvolvidos e, também, dos ditos países em desenvolvimento, deteriora-se de década para década e cada vez mais pessoas são marginalizadas, só lhes restando as atividades informais e até mesmo marginais como forma de sobrevivência.

O que se denomina de neoliberalismo é essa nova estratégia de dominação mundial que passa pelas disciplinas e normas impostas aos países periféricos, através de agentes multilaterais como o BIRD, FMI, OMC e ALCA, controlados pelos Estados Unidos e demais países ricos do G-7. Esta estratégia neoliberal foi formulada pelo grande capital transnacional visando impor uma forma de subordinação incondicional aos estados nacionais periféricos sob o mito do imperativo de uma integração social planetária por meio do mercado. Deste modo, o Estado deixaria a sociedade entregue à sua própria sorte, abandonaria seus cidadãos à liberdade negativa de uma competição mundial e limitar-se-ia a por a disposição infra-estruturas que fomentem as atividades empresariais (LIMA, 2005).

Dentro de tal contexto, dos efeitos negativos sociais e ambientais da globalização pesquisas como estas são importantes porque desmistificam as causas ideológicas ilusórias atribuídas às crises suscitadas pela expansão do capitalismo, mostrando as causas econômicas e políticas que determinam a situação mundial atual, especialmente, a situação dos países tidos por periféricos como o Brasil.

1.3 Objetivos

Analisar a função dos agentes multilaterais financeiros nas estratégias de dominação política e econômica neoliberais, que vêm sendo implantadas sob influência do grande capital transnacional, nos chamados estados nacionais periféricos, a partir da década de 90, na atual fase da globalização financeira, verificando possíveis relações causais com impactos sociais e ambientais negativos.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a função dos agentes multilaterais financeiros, o BIRD e o FMI e suas relações com os interesses e estratégias dos detentores do grande capital transnacional, sediado nos EUA e demais países ricos do G-7¹ no processo de constituição da Globalização Econômica.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Expor uma breve revisão histórica do desenvolvimento da economia capitalista e suas relações com os estados nacionais periféricos.
- Fazer uma síntese da literatura especializada sobre as relações entre os estados nacionais periféricos e as grandes corporações transnacionais, através dos agentes multilaterais;
- Analisar as conseqüências sociais e ambientais nos países periféricos da implementação das diretrizes dos agentes multilaterais na fase de globalização financeira.

1.4 Limitação do Estudo

Esta pesquisa pretende descrever e analisar as relações propostas entre as grandes corporações transnacionais, agentes multilaterais e estados nacionais periféricos nas condições da Globalização Financeira e os seus resultados para a maioria da população periférica, durante todo o período de globalização até o presente, ela apresenta dados quantitativos e um enfoque maior na década de 90.

Lima (2005), afirma que as tendências negativas da globalização nos países periféricos se constituíram na década de 90 se acentuaram na presente década.

Outro limite desta pesquisa é que ela pretende analisar as relações propostas, mas, não pretende esgotar e nem mesmo provar através de dados e índices econômicos e sociais as afirmações trazidas da literatura especializada.

¹ G-7: Grupo dos sete países mais ricos do mundo, sendo o principal os Estados Unidos e os outros são Reino Unido; Japão; Alemanha França; Canadá e Itália

1.5 Metodologia

A pesquisa realizada será teórica, baseada na bibliografia selecionada e utilizada para a investigação do problema, contudo, pode-se dizer que ela busca fazer um estudo de caso na literatura especializada nos temas da expansão capitalista, exclusão social e impactos ambientais ligados a fatores econômicos, políticos, sociais e históricos.

Nessa concepção a pesquisa será descritiva explicativa, tendo em vista descrever e analisar os fatores envolvidos nessa problemática, como: os Estados nacionais, as corporações globais, as exclusões e desigualdades sociais e os impactos ambientais. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa abordará materiais bibliográficos como livros, artigos científicos, publicações periódicas e dados, que encontram-se disponíveis em *sites* especializados em economia, ciência sociais e ciência ambientais.

A partir da literatura especializada a pesquisa buscará, também, trazer dados quantitativos, em forma de quadros, gráficos e tabelas, que sirvam de fundamentação objetiva às descrições e análises qualitativas deste estudo.

Conforme Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como alvo principal a descrição de determinadas características de uma dada população, fenômeno ou inter-relacionamento de variáveis. De acordo com esse autor, as pesquisas descritivas são as mais comuns entre pesquisadores que pretendem avaliar uma determinada situação que envolve dinâmica e interação de grupos sociais singulares, cujas características precisam ser conhecidas.

1.6 Estrutura da Pesquisa

A presente está constituída por:

Este capítulo primeiro que traz o tema e problema, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a estrutura da pesquisa.

Um segundo capítulo de Fundamentação teórica em que se apresenta a evolução do capitalismo, as relações entre as grandes corporações internacionais, com sede nos países ditos centrais e os estados nacionais periféricos nas condições de formação da Globalização Econômica.

Um terceiro capítulo, em que se busca fazer o levantamento de pesquisas relevantes abordando os temas da globalização, as políticas econômicas internacionais ditadas pelas grandes corporações, suas influências nas políticas dos estados nacionais e os problemas sociais e ambientais gerados por essas relações. Também, nesse capítulo são apresentados dados quantitativos, alguns e forma de gráficos, que comprovam as afirmações da bibliografia pesquisada.

Um capítulo quarto, trazendo dados sobre a exclusão social e os impactos ambientais catastróficos considerados resultados periféricos da Globalização, também, são retomados os principais vínculos apresentados entre o processo de globalização, os agentes financeiros multilaterais e os resultados negativos para as populações periféricas.

Um quinto capítulo de considerações finais em que se mostram os objetivos alcançados o que pode ou não ser demonstrado, os limites da pesquisa e sugestões para pesquisas posteriores mais aprofundadas e embasadas economicamente e quantitativamente.

2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E DEPENDÊNCIA PERIFÉRICA

2.1 Categorias e Conceitos Principais Utilizados na Pesquisa

Modo de Produção Capitalista e Capitalismo - O conceito de Modo de Produção Capitalista, ou simplesmente, capitalismo, descreve o desenvolvimento e a consolidação de um modo de produção, ou de um sistema econômico, que revoluciona todas as outras formas de produção humana e, conseqüentemente, revoluciona todas as sociedades onde surge. A primeira grande transformação social produzida pelo capitalismo foi a da Europa Medieval para a Europa Moderna, cujo ápice histórico e político foi a Revolução Francesa. O Capitalismo se funda sobre a indústria, o comércio e os bancos, buscando sempre novas terras para investir comercialmente e financeiramente (DELEUZE; GAUTTARI, 1976).

Segundo Marx (1999), os modos de produção construídos pelas sociedades humanas possuem uma determinação essencial expressas nas relações de produção e na qual se fundam todas as outras relações sociais. A relação de produção capitalista expressa o fundamento da sociedade capitalista. O capital não é só “meio de produção” mas é, fundamentalmente, uma relação social, uma relação de produção social. As relações de produção capitalistas estão fundadas na extorsão de sobre-trabalho ou mais-valia. Os detentores dos meios de produção (= capital constante na forma de maquinários e prédios + capital financeiro líquido) compram a força de trabalho dos trabalhadores, geralmente, egressos dos antigos modos de produção em ruínas, pagando somente o valor necessário para sua manutenção e reprodução enquanto força de trabalho. Contudo, os trabalhadores organizados na indústria produzem muito mais do que a soma de seus desempenhos e habilidades individuais, produzindo, assim, bem mais, do que o necessário para sua sobrevivência e reprodução, sendo o valor excedente acrescentado à mercadoria e apropriado pelo capitalista, eis a mais-valia.

O processo de extração e produção de mais-valia apresenta dois aspectos principais: 1) trata-se de um processo de trabalho que se funda sobre a exploração e alienação do trabalhador e 2) é um processo que acrescenta valor aos meios de produção e às mercadorias, somente, a força

de trabalho acrescenta valor às mercadorias, pois os meios de produção apenas transmitem seu valor ao produto-mercadoria fabricado. Assim, o ser humano, com seu trabalho, é o verdadeiro criador de valor (MARX, 1999).

Porém, na evolução do modo de produção capitalista, a relação de valor se inverte, com o desenvolvimento dos meios de produção e a acumulação do capital na mão exclusiva dos proprietários dos referidos meios, há a desvalorização da força de trabalho e a valorização dos meios de produção e do capital. Este, mais poderoso do que antes continua transformando, na práxis social concreta, o trabalhador (força de trabalho) em uma mercadoria como outra qualquer. Os meios de produção e o capital foram valorizados pela força de trabalho, assim como, foram criados por ela, fortalecendo o sistema que, no entanto, oprime e despreza seus verdadeiros criadores de valor. Ao sentimento e a experiência de um trabalho que se volta contra si, através da criação de um mundo hostil e estranho que transforma o protagonista em coisa, Marx (1985), denominou de *alienação*.

A *alienação* consiste na experiência do agente produtivo e social frente a um mundo no qual ele não pode se reconhecer como produtor, como dono ou sujeito legítimo de sua atividade que fica fora de seu controle, sendo que o sujeito humano passa a se sentir coisa e a se perceber segundo a ótica das coisas e de suas interações. O sujeito passa a ser controlado de fora, pelas coisas, ou seja, as relações de mercado que comandam todas as outras relações sociais. Assim, os trabalhadores não se reconhecem no produto de seu trabalho que se volta contra eles e os excluem de seu usufruto, gerando um mundo *perverso* e *enfeitado* em que o sujeito da experiência sente seu destino malgrado como o fruto do acaso natural ou de uma punição divina (MARX, 1985).

Neste ponto, a experiência subjetiva da *alienação* se complementa com o fenômeno social e político da *ideologia*. A ideologia, fenômeno próprio às sociedades de classes e de extorsão de mais-valia, é um conjunto de representações, idéias e imagens e um *corpus* discursivo e institucional (aonde se encontram as determinações jurídicas, estatais, políticas, sociais e econômicas dos estratos dominantes), aparentemente coerentes e objetivos (Razão de Estado e da Ordem Social), que explicam o estado de coisas sociais e naturais existentes (DELEUZE;GUATTARI, 1976).

A ideologia atribui causas naturais ou divinas à dominação econômica, histórica, política e social. Deus ou a Natureza, tornados entidades ideológicas, passam a ser tomados como a

explicação e a justificativa da exploração do trabalho e da opressão social existente e que pesa como um pesadelo no cérebro dos vivos, ou, pelo menos, sobre a maior parte da população das sociedades capitalistas. Estes dois fenômenos decorrentes do Modo de Produção Capitalista definem a situação humana e social dentro dos processos de produção capitalista que não visam ao Homem e sua evolução, mas, sim, aos lucros privados e todo aparato repressivo, policial, jurídico, estatal, de mercado etc, que são necessários para a manutenção do sistema (MARX, 1985).

Contudo, não se pode definir somente o capitalismo através dos males que ele causa à sociedade e à humanidade em geral. Ele abriu ao homem a possibilidade de um conhecimento amplo e profundo sobre a Natureza, a Sociedade e a Existência Humana e, também, o capitalismo inaugura o período das possibilidades de transformações inusitadas. Tendo dado a base industrial e científica da produção, o capitalismo pode ser um estágio para o desenvolvimento de um modo de produção e forma social em que o homem não necessita mais explorar o próprio homem (MARX, 1985).

É o fenômeno e estratégia ideológica que, compõe o discurso do Banco Mundial (BIRD), em seu "Relatório sobre a Pobreza" de 1997. Fazendo-se passar por uma análise objetiva da realidade que visa mostrar as causas da pobreza nos países periféricos e prescrever soluções concretas e eficientes, o discurso do Banco Mundial trata de fazer esquecer o fato de que a maior causa de subdesenvolvimento no mundo são justamente os juros e outras formas de exploração do capital transnacional sobre as economias periféricas de empréstimos e investimentos feitos pelo próprio banco e por semelhante o FMI. Muitas vezes, esses empréstimos e investimentos foram concedidos, em nome dos estados nacionais a governos e empresários corruptos que, simplesmente, incorporam grande parte dos empréstimos à suas fortunas pessoais deixando a dívida para a sociedade nacional pagar (LIMA, 2005).

Liberalismo e neoliberalismo - Pode-se fazer uma distinção entre capitalismo e modo de produção capitalista. O capitalismo incluiria a ideologia gerada e geradora, em uma relação dialética e dinâmica, pelo desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. O capitalismo, enquanto ideologia, forma de propaganda e propagação política, social e econômica desse modo de produção que se apóia sobre a propriedade e a iniciativa privada, constitui o cerne da ideologia

liberal e o essencial, também, da ideologia neoliberal que apenas se distingue pela fase histórica e as formas de estratégias do liberalismo.

O liberalismo nasce na Europa durante os três séculos iniciais do capitalismo na Europa que culminam com a Revolução Francesa que marca uma consolidação da economia comercial e industrial e da democracia política. Com este termo liberal, já em si ideológico, não se deve entender aquilo que ele pretenda que se entenda, como a possibilidade de todos produzirem o que quiser. Ninguém pode produzir sem meios de produção e sem mercado para o seu produto. O liberalismo significa sim a liberdade da iniciativa privada, a qual só pode ser feita pelos proprietários dos meios de produção e dos meios financeiros. Também, trata-se da liberdade que gozam os detentores dos meios de produção de se impor a qualquer projeto social ou individual que não se insira no âmbito da economia capitalista; de criar consumos e produtos suspeitos em relação à saúde humana e ambiental; de gerar desigualdades e exclusões sociais e de gerar impactos ambientais catastróficos (ROCHA, 1997;).

Tanto o liberalismo, quanto o neoliberalismo, as ideologias do capitalismo, em fases diferentes de desenvolvimento, tem uma única motivação gerar mais capital a partir de um certo capital inicial e, para tanto, não importa o que se esta vendendo e sim que haja mercado consumidor para vender seus produtos e serviços, que inclui a venda de capital líquido. O neoliberalismo se distingue do liberalismo apenas pelas estratégias de acumulação do capital definidas segundo as novas condições de integração mundial, ou globalização da economia. O neoliberalismo dispõe de uma imensa quantidade de capital líquido que pode e deve ser deslocado, isto é, emprestado, é com este capital, mais do que com a força do mercado que o capitalismo domina na fase atual.

Globalização – O conceito de globalização é amplo e será tratado durante todo este estudo. O fenômeno da globalização, que tem sua fundamentação na mundialização da economia que resultou do desenvolvimento do capitalismo a partir dos anos 80, quando começou a haver uma grande re-estruturação do sistema objetivando sua conservação e nova expansão. Muitos autores, tais como Dupas, (2006), Roger e Figueiredo (1999), Chossudovsky (1999), Ianni (1995), afirmam que a globalização é, primeiramente financeira, na medida em que, foi uma super acumulação de capital que permitiu uma liquidez suficiente para que pudessem se fazer investimentos de peso nas estruturas de mercado dos estados nacionais periféricos que não

poderiam, se supõe, por si mesmos alcançar o nível exigido para a integração do mercado mundial.

Foi com o capital financeiro e suas determinações políticas e econômicas feitas aos devedores que os países periféricos foram envolvidos através dos empréstimos. Estes já vinham de longa data, tendo acumulado dívidas imensas, foram ainda, intensificados a partir da década de 70 e depois em 80 e 90. Estes empréstimos sempre serviram de múltiplas formas aos credores, quer retornando como juros e pagamentos, quer ajudando a criar a infra-estrutura para seus produtos e indústrias, manipulando a política nacional dos países pobres, enfim, ganhando em todas as pontas.

O mercado financeiro é autômato. Ele não é benigno. Tem sua própria ideologia. E está intimamente ligado ao dólar e aos interesses financeiros dos EUA. (...) o tesouro dos EUA e o FMI trabalham juntos para promover os interesses norte-americanos.(...) A estrutura de poder das principais organizações internacionais está claramente desequilibrada a favor das organizações desenvolvidas. O G7, mais o Banco Mundial e o FMI são dominados totalmente pelos países ricos (GIDDENS; HUTTON, 2003, p. 65-76).

A globalização, como resultado do movimento do mercado financeiro autômato controlado pelos países ricos e suas grandes corporações, ao padronizar o mercado tende a padronizar as produções nacionais, a abrir fronteiras alfandegárias militando pelo livre comércio mundial, porém, a vantagem quantitativa, qualitativa e técnica da economia dos países ricos, Grupo dos sete (EUA, Inglaterra, Alemanha, Canadá Japão, França e Itália) fazem com que os países periféricos se vejam excluídos de uma participação igualitária na globalização. Os enormes contingentes humanos desqualificados para a produção capitalista global acabam por passar do estado de desigualdade social já existente ao estado de exclusão e marginalização sociais (KUTNNER, 2003).

Corporações, grupos ou empresas transnacionais – São grandes corporações e grupos capitalistas, também denominadas de *holdings*, ou conglomerados de indústrias, a concentração de empresas de diversos setores de atividade, inclusive financeira. Que estão sob o comando de um único centro de decisões, embora mantenham a sua individualidade. O grupo é controlado pela empresa mãe e por outras empresas controladas por esta. São agentes criadores e distribuidores de mercado e agentes financeiros, geralmente, sediadas nos países centrais, G-7, especialmente, nos EUA e que detêm um poder político e econômico que supera aquele de

muitos países periféricos. As transnacionais buscam pelo mundo países periféricos de mão de obra abundante e com poucas restrições legais onde elas podem se instalar, abrir mercado consumidor e remeter suas quantias formidáveis de lucro para a matriz no país central. Elas agem segundo estratégias geopolíticas altamente elaboradas, Dreifuss, Furtado, Tavares et Al denomina de corporações estratégicas.

As corporações estratégicas se estruturam para manter a capacidade de inovação. (...) o que lhes permite atuar em áreas diversas. Elas detêm a capacidade em princípio ilimitada de criar produtos. A parte mais importante de seu corpo funcional é formada por estrategistas e pesquisadores. (...) Suas decisões e ações determinam mudanças que redesenham a face do mundo. Elas atravessam fronteiras não só nacionais, modificando formas de produzir e de consumir, mas societárias, modificando também sistemas de valores e crenças. (...) temos hoje uma economia oligopolica em escala internacional. Três, quatro, cinco corporações controlam 50% a 60% do mercado mundial (DREIFUSS; FURTADO; TAVARES, 1998, p.27-28)

Se os EUA dominam mundo atual é através do poder e das estratégias combinadas das transnacionais que estão bem representadas no Governo Americano e no dos demais países do G-7. Elas encontram um apoio logístico e financeiro, maior, ainda, nos agentes multilaterais financeiros, principalmente, FMI e BIRD, mas também, comerciais. OMC, NAFTA, ALCA, etc. Uma das características mais divulgadas das corporações transnacionais é sua interferência contínua nos governos nacionais, especialmente, dos países periféricos. Com a globalização financeira e ao acúmulo de dívidas e juros a serem pagos pelos países periféricos, esse domínio das grandes corporações se tornou planetário, o capitalismo se espalhou por toda a Terra "(...) pela primeira vez na história o planeta inteiro é capitalista ou depende muitíssimo de processos econômicos capitalistas" (CASTELLS, 2003, p. 81).

Para Kuttner (2003, p.213), as grandes corporações:

tornaram-se não só centros de poder econômico e financeiro concentrado; tornaram-se portadoras da ideologia de *laissez-faire* globalista preponderante. (...) passaram a influenciar as políticas adotadas e pôr em prática regras globais de envolvimento que criassem *habitats* favoráveis a si mesmas. Conquistaram aliados na imprensa financeira e entre os profissionais de economia. Investiram grandes somas para promover uma cultura acadêmica compatível.

São, para Giddens; Hutton (2003, p8) “Corporações gigantescas com faturamento que apequena o PIB de quase todos os países do mundo e podem utilizar em termos globais a tecnologia mais recente”.

Para integrar seu movimento anárquico e disperso sobre o globo e garantir os seus investimentos e a realização de seus objetivos, as grandes corporações necessitavam de grandes agentes disciplinadores de suas atividades e que garantissem sua penetração no mercado dos países periféricos. Os grandes agentes multilaterais financeiros e comerciais, tais como, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, surgem como grandes corporações que atuam no intuito de integrar e garantir as estratégias de penetração e de acumulação das corporações transnacionais nos países que se tornaram financeiramente dependentes.

Agentes Multilaterais Financeiros e Comerciais – São organismos, normalmente, criados sob orientação da ONU e que deveriam mediar situações econômicas delicadas que poderiam levar a problemas políticos entre nações. Assim, se criou a OMC, Organização Mundial do Comércio com o fim de julgar sobre os direitos internacionais do comércio, regularizando, de modo justo, o comércio mundial. Do mesmo modo, os agentes multilaterais financeiros, ou tidos por multilaterais, foram criados para prestar assistência financeira e técnico administrativa aos países periféricos, visando à melhoria das condições de vida de suas populações. Contudo, a OMC, tornou-se um instrumento de pressão dos Estados Unidos em função do livre comércio que pode significar o fim do desenvolvimento industrial e científico próprios, incipiente nos países periféricos e o FMI e o Banco Mundial, em esconderem sua vinculação à economia capitalista, prendem os países periféricos e suas classes dominantes nas políticas de empréstimo e investimento externos. (KUTTNER, 2003).

FMI: Fundo Monetário Internacional. Criado em 1944, pelo Acordo de Bretton-Woods, é o organismo financeiro da Organização das Nações Unidas- ONU, com sede em Washington-EUA, para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países-membros que possam comprometer o equilíbrio do sistema econômico internacional. Geralmente, o auxílio do FMI incorre em medidas econômicas ortodoxas de equalização fiscal e cortes de gastos públicos, inclusive com privatizações (VIANA, 2001).

Banco Mundial foi criado, como o FMI, em 1944, em Bretton-Woods, Estado de Novo Hampshire (EUA), com a finalidade de fazer empréstimos a países comprometidos com o desenvolvimento econômico nacional dentro de uma ótica da iniciativa privada. Um dos seus principais segmentos é o BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. É através do BIRD que acontecem os financiamentos à países periféricos bons pagadores e que aceitam as diretrizes econômicas, políticas e sociais propostas pelo Banco Mundial. Em muitas

pesquisas estudadas na literatura BIRD e Banco Mundial são as mesmas instituições, porém, o BIRD é um segmento do Banco Mundial (LIMA, 2005).

Estados nacionais – São os estados das nações independentes e, portanto, com governos organizados que existem por todo o planeta terra. Supõe-se, através do próprio discurso que o legitima perante a nação, que o Estado deveria ser o guardião primeiro e irredutível dos interesses nacionais de suas populações. Especialmente esta função de proteção de interesses da nação e provedor de estratégias de crescimento econômico e social, com preservação do patrimônio ambiental, deveria ser a função sacra de um estado democrático, constituído por governos legitimamente eleitos. Porém, verifica-se que os estados modernos em geral não são tão soberanos e democráticos como afirmam em seus discursos de legitimação, mesmo dentro dos países ditos desenvolvidos, os grandes grupos econômicos com o poder de pressão do capital, influenciam as decisões e a gestão em todos os níveis do poder jurídico-estatal. Este processo vai desde a sedução financeira nas campanhas políticas dos partidos, o convite à participação nos empreendimentos e lucros, a corrupção ativa e os assassinatos políticos, até a pressão jurídica, política e, mesmo militar como foi o caso da Ditadura Militar brasileira que atendeu as determinações do capital norte-americano e os segmentos sociais nacionais que partilhavam dos lucros dos investimentos de toda ordem das, então chamadas multinacionais. Atualmente, essas empresas e corporações são chamadas de transnacionais e desde o Pós Guerra que o FMI e o BIRD atuam como as posições mais avançadas e estratégicas dessas corporações transnacionais. (DUPAS, 2006).

Os *Estados Nacionais Periféricos* são os estados pertencentes aos chamados países periféricos que são assim denominados por possuírem uma economia de mercado pouco desenvolvida, estarem, ainda, muito ligados aos modos tradicionais de produção e de organização social e historicamente, quer por processos de colonização, quer por outros tipos de interferências, terem entrado em um processo de empobrecimento paulatino justamente através de suas relações financeiras, comerciais, industriais, políticas e sociais com as chamadas nações desenvolvidas e as superdesenvolvidas (primeiro mundo, o Grupo dos 7 países mais ricos). Uma característica marcante dos estados nacionais periféricos é a presença de desigualdades sociais acentuadas, com processos de exclusão e marginalização social, de um lado, e de outro uma classe média e uma classe dominante profundamente interessada nos investimentos e na cultura

dos países ricos, mantendo formas de governo autoritários e, muitas vezes, corruptos. No período atual da globalização econômica, os efeitos negativos que recaem sobre os países periféricos se tornaram, ainda, mais acentuados (LIMA, 1997).

Nas determinações econômicas e políticas elaboradas pelo Banco Mundial e FMI para os Governos FHC e Lula no Brasil da última década, caso quisessem continuar a receber empréstimos e serem recomendados para investimentos estrangeiros – investimentos transnacionais estão os aumentos dos juros e a privatização generalizada das funções sociais do estado. "O mercado financeiro global e não o eleitorado democrático torna-se o árbitro que determina quais são as políticas mais sensatas" (KUTTNER, 2003, p.223).

A iniciativa privada aparece como a solução milagrosa para todos os males sociais e ambientais e a qual deve ser deixada livre, ou seja, sob chamada política do *laissez-faire*, ou livre produção que não se preocupa com mais nada, a não ser seu lucro. Esta política econômica neoliberal, a mesma de sempre que move a acumulação capitalista, é suposta ser neutra, impossível de se corromper e competente, mesmo quando a experiência tem mostrado continuamente o contrário em termos de problemas humanos, sociais e ambientais. Contudo, a ordem das grandes corporações, através dos agentes financeiros é que os estados nacionais periféricos reduzam seu tamanho e funções, privatizando suas instituições, especialmente, as instituições de apoio social e previdenciário.

Assim, o papel que sobra para o governo, deve ser, principalmente de apoiar essa pauta de *laissez-faire*. (...) O governo precisava principalmente ficar fora do caminho. Os empresários precisavam estar livres para mover o capital e a produção e buscar mercados em qualquer parte do mundo sem intrusão política (KUTTNER, 2003, p. 217).

Exclusão social – A desigualdade social é um fenômeno existente nas sociedades de Estado e de estratificação social. Há uma classe dominante que possui a maior parte dos recursos e riquezas existentes e os que trabalham, por bem ou à força, para a manutenção das relações de poder. Assim, também, surge a diferença na Sociedade Moderna, entre os ricos e pobres e os médios que são parte importante das estratégias de poder dominantes. Quando a pressão de acumulação e extração de sobretrabalho é maior sobre a sociedade, governada pela classe dominante graças aos acordos e vantagens concedidos aos setores médios e pobres qualificados, a desigualdade social pode aumentar em número de indivíduos atingidos, mas, também, em intensidade deste efeito. No estágio de exclusão social, os indivíduos e grupos afetados não possuem nenhum meio, nenhuma

qualificação para que sejam contratados como trabalhadores, sofrem um processo de profunda rejeição nos ambientes sociais e nos ambientes de trabalho, internalizam as identificações discriminadoras e, não raras vezes, caem em um processo, ainda, mais profundo de exclusão social que é a marginalização e revolta cega que pode se voltar contra qualquer um, inclusive, o sujeito. (MARTIN;SCHUMANN 1999).

Impactos Ambientais - A expansão das atividades econômicas industriais humanas, aceleradas pelo processo de Globalização financeira induzido pelo processo de acumulação capitalista, vem causando a devastação do ambiente natural, principalmente, nos países periféricos destituídos de uma legislação ambiental mais rigorosa e nos quais as corporações transnacionais precisam instalar indústrias que, por sua carga de destruição ambiental não são aceitas nos países centrais do capitalismo. A esse processo de destruição paulatina e catastrófica da natureza, denomina-se de impactos ambientais. Com a globalização e a aceleração do crescimento da economia mundial, com as altas taxas de crescimento demográfico dos países periféricos, os impactos ambientais se tornaram ainda mais pronunciados.

Apesar de o Banco Mundial (1997) mostrar preocupação com a sustentabilidade ambiental dos países periféricos tomadores de empréstimos dos fundos, essa preocupação não chega a ponto de questionar as atividades de indústrias de matérias básicas, extrativistas, de transformação primária, ou outras, como a indústria de papel, por exemplo, que geram grande parte dos impactos ambientais de grande extensão territorial e temporal (SHIVA, 2003).

2.2 A Dialética Interna da Acumulação Capitalista e a Globalização Financeira

O processo de expansão da economia capitalista se desenvolve em ciclos de fase alternadas em que primeiro é necessário o investimento imediato sobre a produção e o comércio de mercadorias, com a acumulação dos lucros como capital financeiro, que vai sendo depositado nos bancos, rendendo juros e votados a investimentos futuros. E chega a uma fase financeira mais desenvolvida e com um processo de acumulação mais acelerado porque o capital disponível para

os investimentos permite, também, alocar por antecipação os setores, mercados e países onde se quer investir.

Quem tem o capital dá as cartas e ganha o jogo, outros ganham juntos. A grande maioria não vence nunca e o capitalismo vem se reproduzindo através de cinco séculos, apesar das crises que suscita com seus empreendimentos, modo de vida, relações com os recursos naturais e o meio ambiente e seus empréstimos milagrosos que jogam nações inteiras em uma relação de servidão permanente aos países centrais como os Estados Unidos (CASTELLS, 2003)

É na segunda fase do processo de acumulação do capital, nas mãos dos investidores originais, através do trabalho não pago (excedente, mais valia ou sobretrabalho) às forças de trabalho (compradas como mercadorias no mercado de trabalho), na fase de financeirização da economia, em que o papel dos bancos é o mais fundamental e poderoso, onde ocorre, também, integração, necessária e aleatória, entre os diversos segmentos da economia mundial, envolvendo todos os países que participam do Comércio Mundial em um único e mesmo sistema de acumulação o que aumenta as crises nos países periféricos, ou países pobres do sistema.

O processo de globalização mundial - ocorrido a partir da década de 80 do século passado, consolidando-se na década seguinte, 90 (década que se enfoca mais neste estudo) e se acentuando nos anos seguintes até a atualidade – é fruto desta fase de financeirização da economia, fase propícia para o domínio através dos empréstimos e dos investimentos transnacionais (LIMA, 2005).

A compreensão da constituição histórica da economia mundial contemporânea globalizada é necessária para que se possa entender as relações causais que existem entre os interesses e metas das grandes corporações (incluídos aí os grandes fundos mundiais de investimento), as políticas internas e externas dos estados nacionais e os efeitos de exclusão e desigualdades sociais e de impactos ambientais que assolam a vida dos países ditos periféricos ou sub-desenvolvidos, como também, em menor grau, assolam aos países desenvolvidos e superdesenvolvidos.

Giovanni Arrighi (1996), em "O Longo Século XX" descreve a forma como a economia capitalista, desde o Século XV e XVI, com forte polarização nas cidades comerciais da Itália, até o Século XX, onde sua força principal se concentra nos Estados Unidos, atinge seu desenvolvimento e expansão atuais. Através de quatro ciclos sistêmicos, que marcam polarizações diferenciadas do capitalismo (genovês, holandês, britânico e norte-americano),

segundo a classificação de Arrighi (1996), vai se constituindo o grau de desenvolvimento universal produtivo com seu poder destrutivo e impactante que se alcança na sociedade globalizada de mercado.

Esta capacidade de mudança, adaptação e flexibilidade do capitalismo é o que explica que o capitalismo tenha vencido todos os obstáculos que lhe foram colocados pelas outras formas de economia. As economias tradicionais e, também, a economia socialista, não conseguiram impedir as modificações que conservam o capitalismo e o fazem se expandir, ainda, mais. Trata-se de um ponto fundamental na história do capitalismo, a sua flexibilidade ilimitada, seu poder de modificação, aparentemente ilimitado.

Este poder de modificação e adaptação a qualquer contexto é tal, que no dizer do autor, é a única unidade que se pode observar no conjunto do sistema desde seu nascimento até a atualidade e mantém o que se denomina as recorrências históricas distintas nos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) (ARRIGHI, 1996).

Estas re-organizações descontínuas e radicais da economia capitalista, tal como ocorre na fase da economia globalizada atual, tem sido direcionadas pelos países, comunidades, blocos empresariais e corporações que lideram o sistema capitalista em escala mundial, hoje isto é, os grupos econômicos dominantes dos países do G-7 e que através de organismos disciplinadores e normativos transnacionais, os agentes multilaterais financeiros e comerciais, como o FMI, Banco Mundial, OMC e ALCA, reestruturam o espaço mundial, segundo seus novos interesses e estratégias de acumulação e aprofundamento da dependência dos chamados países periféricos (DELEUZE; GAUTTARI, 1976).

Encontrando uma cultura e classe dominante já favorável e dócil aos interesses das transnacionais e seus governos centrais, com políticos e empresários manipuláveis, todos ambiciosos com o que, também, vão lucrar, em detrimento da maioria da população periférica, as transnacionais, através de seus avatares e guardiões Banco Mundial e FMI, principalmente, vão fazendo uso dos estados nacionais periféricos e interferindo nas suas políticas econômicas que faz aumentar mais ainda seu poder (VIANA, 2001).

Na atual fase da globalização financeira, esta relação de subordinação das políticas públicas dos estados nacionais periféricos aos interesses das grandes corporações sediadas nos países ricos, está tendendo ao seu ápice e com novas estratégias, normas e instituições que tornam quase invisível a dominação econômico-política, passando-se por ideais de transformações

sociais e melhoria das condições de vida e ambientais dos povos periféricos. Contudo, essas políticas chamadas neoliberais, ditadas pelas transnacionais, através de seus agentes multilaterais financeiros e comerciais, acabam por aumentar os índices econômicos, sociais e ambientais negativos que prejudica a maior parte de suas populações. Estas políticas neoliberais referidas se fundam sobre a idéia de que se a iniciativa privada for deixada o mais livre possível, maior será o desenvolvimento econômico.

Para Kuttner (2003), a política de livre mercado e de expansão mundiais da iniciativa privada, centralizada nos países ricos, constitui o *laissez-faire*² econômico. Este vem sendo inserido nos programas de governo dos países pobres e em desenvolvimento através da oferta de empréstimos e investimentos dos países ricos (via agentes financeiros multilaterais), bem como, da introdução de novas tecnologias ajustadas ao mercado mundial atual, despertando a ambição de políticos e empresários nacionais aos quais se abrem grandes oportunidades de negócios e empregos.

Em termos globais, o FMI, o Banco Mundial e a OMC são instituições criadas para permitir que o *laissez-faire* funcione à vontade (...) O *laissez-faire* foi finalmente absorvido devido ao imediatismo do fluxo de informações, a facilidade sem atritos com que a oferta podia ajustar-se à demanda. A tecnologia realmente permite que o mercado seja global (KUTTNER, 2003, p.217).

Na seqüência de suas análises sobre a política econômica do *laissez-faire*, típica do capitalismo, velho ou novo, liberal ou neoliberal, o autor acima conclui que:

O *laissez-faire* leva a graus de desigualdade de renda e riqueza que começam a comprometer a própria cidadania democrática. (...) A capacidade da indústria de terceirizar a produção em regiões do mundo com pouca ou nenhuma regulamentação social ou ambiental solapa as decisões políticas de promover um local de trabalho decente que refletem um século de luta democrática. (...) este é o momento supremo do capitalismo. Mas de país em país, os eleitores evidentemente não gostam dos efeitos do capitalismo em bruto (KUTTNER, 2003, p.221-223).

Assim, a revolução tecnológica das comunicações torna possível e reforça a globalização financeira e, conseqüentemente, fortalece e consolida o domínio político e econômico mundial dos países ricos para onde flui a maior fatia dos lucros gerados no mundo inteiro.

² Em Francês, literalmente, significa deixar fazer ou livre fazer, ou não interferir na atividade de alguém. Em termos econômicos atuais significa dar o máximo de liberdade para que as empresas transnacionais e a iniciativa privada nacional possam agir de acordo com seus objetivos e sonhos máximos: a acumulação do capital.

2.3. A Constituição Histórica da Globalização Financeira

O início do fenômeno da globalização financeira ocorreu com a criação do euromercado na década de 1960. Que contou com apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos. O euromercado foi o embrião da globalização financeira, pois representou a formação de um mercado mundial de moeda “sem pátria”. Sendo que o pleno funcionamento desse mercado só veio a ocorrer décadas posteriores. O que fez o período entre 60 e 80 ser de transição. Isso representou o cenário financeiro mais liberal já havido até então segundo ele. A Inglaterra precisava de capitais e entendeu que a conversibilidade da libra e o euromercado iriam dar acesso livre aos capitais que necessitava para financiar seus desequilíbrios no balanço de pagamentos. Argumentos semelhantes foram usados pelos Estados Unidos, para financiar seus déficits externos (LIMA, 2005).

Outro elemento, também, decisivo e uma das condições indispensáveis para a globalização financeira, uma vez criado o euromercado, foi a acumulação de um estoque de riqueza monetária e financeira inéditos até então. Este estoque de riqueza monetária e financeira foi constituído, de início, principalmente, pela emissão de dólares necessários para financiar a reconstrução européia e japonesa e, depois, para cobrir o déficit comercial americano. O que foi possibilitado pela quebra do sistema de Bretton–Woods. A substituição da ordem regulada de Bretton-Woods significa a mudança de posição de países-chave no sistema internacional, especialmente, os anglo-saxões, no final dos anos 70. Os Estados Unidos perdem a sua liderança tecnológica e comercial e passam a apostar na reafirmação de sua hegemonia através de seu poderio financeiro, fundado no uso do dólar como moeda reserva pelo sistema internacional. A Inglaterra só pode aspirar a continuar como país importante através da constituição e ampliação de uma praça financeira *off-shore*. Por fim, o Japão, às voltas com superávites recorrentes nas transações correntes, também torna-se interessado na liberalização dos fluxos de capitais (MARTIN;SCHUMANN, 1999).

Em consequência dessas transformações monetárias e financeiras, operou-se uma mudança de um regime de finanças bancárias reguladas para um regime de finanças especulativas, diretas, de mercado e de caráter privado. Antes, no regime de finanças reguladas pelo Acordo de Bretton-Woods, o fluxo de moedas e títulos era controlado pelos Bancos Centrais

e organismos internacionais, agora, este fluxo é controlado por poucas redes multinacionais que fazem suas avaliações sobre a estabilidade de cada moeda e de cada título, com base nas mesmas fontes de informação, oriundas de alguns bancos líderes, jornais financeiros e um punhado de executivos, que emitem suas avaliações e desencadeiam movimentos abruptos de capitais, com todas suas conseqüências desestabilizadoras sobre o valor das moedas e demais variáveis macroeconômicas (DUPAS, 2006).

Sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e empresas norte-americanas. As crenças do século XIX do “mercado auto-regulador” só se converteram na ideologia oficial do governo norte-americano na década de 1980, nas administrações de Regan e Bush, em resposta à crise hegemônica da década de 1970 (ARRIGHI, 1996, p.71).

A partir da década de 80, houve a pregação da ideologia do livre mercado nos EUA com Ronald Reagan e no Reino Unido com a primeira-ministra Margaret Thatcher, através da realização do consenso de Washington, cuja suposta finalidade seria formular políticas econômicas para "salvar" os países latino-americanos da crise que atravessavam nessa década. Esse processo se expandiu de forma extraordinária dando ênfase aos três pilares da reunião de Washington que eram: 1- a austeridade fiscal, 2- a privatização e 3- a rápida liberalização dos mercados. Todavia, o conjunto de medidas concebidas para solucionar os problemas da América latina foi considerado posteriormente, uma política econômica aplicável a diversos países, Entre eles o do Leste Asiático e a Rússia (VIANA, 2001).

Essas regiões sofreram forte pressão com ameaças de sanções econômicas e suspensão de empréstimos para implementarem as reformas estruturais (tributária, previdenciária e trabalhista) e outros ingredientes como altas taxas de juros e elevados superávits primários para propiciar o empreendimento dos três pilares do consenso de Washington com a promessa de que esses países lograriam o controle inflacionário e o crescimento econômico (LIMA, 1997).

O consenso de Washington que derrubou as barreiras, possibilitou essa mobilidade do capital financeiro. O papel financeiro do dólar como moeda "virtual" de referência internacional (sem paridade fixa após a quebra do padrão ouro) e a crescente dívida pública norte-americana, como lastro de segurança dos mercados financeiros e monetários mundiais, são as molas-mestras do novo "sistema" desregulado. Onde pelo consenso de Washington que pressupõe a movimentação irrestrita dos capitais pelas praças do mundo, com uma "coordenação" dos riscos

maiores de ruptura feita informalmente pela ação conjunta dos principais bancos centrais, capitaneados pelo Fed americano. A riqueza financeira é representada, sobretudo, pelos títulos da dívida pública dos Estados Unidos, mas inclui também moedas e títulos de outros países centrais. Contribuíram enormemente para o crescimento desse estoque de riqueza as crises do petróleo, de 1973 e 1979, e a crise das dívidas dos países periféricos, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Esta crise foi agravada pela brutal elevação das taxas de juros do dólar, em 1979 (CHOSSUDVSKY, 1999).

O estabelecimento do dólar como moeda virtual internacional também criou o capital fictício. Ou seja, enquanto os ativos tangíveis têm um valor que é dado pelo seu custo de reposição ou custo de produção, os ativos intangíveis têm o seu valor calculado exclusivamente pela capitalização do fluxo de rendimentos. Os ativos tangíveis têm claramente definidos os limites da valorização enquanto os intangíveis não têm, ou pelo menos, eles são bem mais elásticos. Com isso, vemos uma mudança na lógica de valorização do capital em geral, em que passou a dominar a forma do capital-dinheiro a juros e do capital fictício. O capital fictício é também uma forma de capital, expressa em títulos ou ativos financeiros, que obtém renda financeira, mediante negócios especulativos (DUPAS, 2006).

A acumulação financeira ou fictícia, condiciona ou determina a acumulação produtiva. Essa nova dinâmica da economia teria sua expressão principal no denominado ciclo de ativos sendo os ativos comprados numa perspectiva especulativa, ou seja, com o objetivo de realizar ganhos patrimoniais. Isto, obviamente, só é possível num ambiente de finanças liberalizadas e com a existência de mercados financeiros profundos. O que acarretou no aumento da volatilidade para todos os tipos de fluxos de capitais em razão da dominância da acumulação financeira sobre a produtiva, como vimos. Os agentes responsáveis pelo movimento de capitais, estes se tornam intrinsecamente voláteis. A instabilidade dos fluxos de capitais parece ser, portanto, um elemento bastante característico do processo de globalização (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Deixando a economia sujeita a ataques de especulação, uma vez que estes não são motivados diretamente pelo estado dos fundamentos econômicos de cada país mas sim são guiados pela possibilidade concreta de os agentes financeiros internos e externos de obterem lucros com a especulação contra a moeda. Esta financeirização da economia se expressa de vários modos: como valorização financeira superior ao crescimento do produto real. Inclusive como lógica, concorrência e macroestrutura financeiras, que envolvem e subordinam a dinâmica

da acumulação real; como processo de globalização e integração dos mercados financeiros, que desconhecem fronteiras e poderes nacionais, na medida em que esses mercados perderam suas referências espaciais, assumindo mais a forma de redes articuladas de fluxos financeiros “desterritorializados”, que operam ininterruptamente, em tempo real; finalmente, as próprias crises financeiras se tornaram autônomas e passaram mesmo a ser causas das crises econômicas reais. Na verdade, tudo se passa como se vivêssemos efetivamente sob o domínio da riqueza abstrata, de caráter monetário, financeiro e mesmo fictício (VIANA, 2001).

Isto significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação. O setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais. O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global. Cerca de 1,5 trilhões de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano. Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política (DUPAS, 2006).

Por isso é preciso não confundir o atual processo de desregulação e financeirização mundial com a transnacionalização produtiva que vem ocorrendo há mais de cem anos no mundo. A globalização financeira é um fenômeno mais recente. A "financeirização global" teve origem no conjunto de políticas deliberadas dos EUA, que – a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da "diplomacia do dólar" - obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira) (IANNI, 1995).

Portanto, historicamente, o processo de globalização financeira teve seu ponto de inflexão rumo à sua afirmação como tendência do sistema internacional durante meados da década de 1980 quando da desvalorização forçada do dólar, consentida pelos outros pólos de poder internacional, por meio dos acordos do Plaza (setembro de 1985) e do Louvre (fevereiro de 1987), pelos quais se tornou evidente a coordenação das políticas macroeconômicas do G-7 sob o comando dos EUA visando à universalização das medidas neoliberais, sobretudo, os processos de desregulação e liberalização dos mercados de capitais (CHOSSUDVSKY, 1999).

Os agentes que impulsionam esse processo são instituições financeiras que junto com as grandes corporações globais centralizam grandes montantes de capital-dinheiro. Fazendo com que estes sejam os principais beneficiários da globalização financeira em fins da década de 80 e ao longo da década de 90. Seu sucesso se deve aos mecanismos criados pelos Estados e pelas grandes corporações que permitiram uma transferência maior de riquezas do setor produtivo para o mercado financeiro. (LIMA, 1997)

2.4 O Brasil na Globalização Financeira e as Grandes Corporações Globais

O Brasil está inserido de forma subordinada neste novo quadro mundial, desde que no começo da década de noventa começou o processo de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial. O país aparentemente optou por uma adesão pura e simples aos ditames do capital financeiro externo com o objetivo de promover uma estabilização monetária interna rápida a fim de satisfazer a vontade do capital. O propósito último de todas as ações "liberalizantes" do governo brasileiro tem sido o de garantir, a qualquer custo, o ingresso de capitais externos, sem os quais a sua política econômica colapsaria sobre si mesma. Essa dependência tem levado, porém, a que o perfil do investimento externo no Brasil seja francamente degenerado, pouco contribuindo para o tão alardeado aumento da produtividade no país, resultante de uma taxa de juros muitíssimo acima da internacional que apenas atrai para o país, capitais especulativos (DUPAS, 2006).

A globalização financeira, expressão da hegemonia de um pólo de acumulação e integração do Capital aliado ao poderio de um estado igualmente hegemônico, é o resultado e assegura a manutenção de grandes corporações capitalistas em processo de transnacionalização que se levantam como potências independentes afrontando a soberania dos estados nacionais com menor poderio militar e financeiro e, também, o trabalho e a economia das empresas de menores dimensões e das classes e grupos sociais populares que arcam com o peso das 'exigências dos mercados' (MARTIN;SCHUMANN, 1999).

As grandes corporações multinacionais conquistaram tamanho poder nas relações internacionais contemporâneas globalizadas porque puderam se utilizar tanto da desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais, quanto da sua conjugação com as novas instituições financeiras agentes da globalização financeira. Estes fatores possibilitam a

esses protagonistas internacionais auferir grandes montantes de capitais por meio do lançamento direto de suas ações no mercado financeiro mundial, ou pela tomada de empréstimos para suas operações internacionais de aquisições e fusões, visando se reorganizar para restabelecer suas taxas anteriores de lucratividade (GONÇALVES, 1998).

A respeito destas grandes corporações transnacionais, Dreifuss (2004), afirma que

Suas decisões e ações determinam mudanças que redesenham a face do mundo. Elas atravessam não só fronteiras nacionais, modificando formas de produzir e consumir, mas societárias, modificando também sistemas de valores e crenças. (DREIFUSS, 2004, p.27).

Estas modificações dão início a uma profunda reestruturação produtiva, baseada na idéia de uma acumulação flexível, na qual a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

A atuação das corporações passa a ser pautada em uma nova lógica: deixam de reinvestir seus lucros, remetendo-os para a especulação em bolsas de valores e para as fusões e compras de empresas de menor porte. Estas são administradas através de uma *holding* que conforma um conjunto amplo de atividades interdependentes e cujo objetivo determinante é expandir globalmente suas atividades em benefício da organização que a comanda. Surgem assim, as chamadas empresas-redes, são aquelas nas quais muitas das atividades foram externalizadas, ou seja, descentralizadas, terceirizadas, e onde o grupo primordial da holding concentra-se na produção intelectual de novos projetos e produtos e na administração financeira, enquanto a fabricação ocorre em diversos locais do mundo, dividida em diversos parques produtivos (LIMA, 1997).

A irreversibilidade da globalização financeira se baseia no conhecimento do próprio capital, no seu caráter expansivo, na sua lógica financeira e fictícia de valorização, na sua capacidade de articulação e domínio sobre as demais formas de capital. A globalização financeira é o espaço adequado para o desenvolvimento do capital, sem limites, fronteiras, sem controles, sem obstáculos, a não ser aqueles colocados por suas próprias contradições internas. Com isso, cai por terra a histórica aliança entre economia de mercado, Estado de bem-estar social e

democracia; que legitima o projeto do Estado nacional para a sociedade ocidental moderna (ROCHA, 1997).

A globalização significa o processo em que os Estados nacionais, bem como sua política, sua soberania e sua identidade, são atravessados por ações, atores e instituições transnacionais. O que está se formando, na verdade, é uma “sociedade mundial”, composta de um conjunto de relações sociais não integradas na (e não determinadas pela) política do Estado nacional.

as empresas multinacionais haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação, em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal e tinha o poder de submeter as suas próprias ‘leis’ todo e qualquer membro do sistema interstatal inclusive, os Estados Unidos (...) identifica uma deterioração sistêmica do poder dos Estados Nacionais (...) desenvolveu-se uma percepção geral de que a utilidade e o poder dos Estados nacionais estão diminuindo. (ARRIGHI, 1996, p.74).

O papel do Estado então, tanto dos países centrais como dos periféricos do sistema internacional contemporâneo, passa a ser o de liberalizar e potencializar as forças mais dinâmicas da economia mundial de qualquer entrave, principalmente, institucionais, para que haja a absorção da globalização financeira e por fim a garantia de sucesso dos processos de reestruturação produtiva das grandes corporações transnacionais. Outra estratégia utilizada nesta tarefa ocorre e ocorreu através da transferência dos bens públicos coletivos para a esfera privada, utilizando fartos subsídios estatais com esse objetivo como foi o caso das privatizações ocorridas no Brasil na década de 90 (LIMA, 2005).

Nos capítulos seguintes, busca-se analisar a atual fase da globalização econômica, esta interferência das empresas transnacionais sobre os estados nacionais ocorre através da internalização das diretrizes econômicas, políticas e sociais formuladas pelos grandes fundos de investimento mundial cujo embrião foi o Consenso de Washington (com seus três pilares: austeridade fiscal, privatização e liberalização de mercados) e que são incorporadas, através de pressão financeira e política, às políticas internas dos países de economia periférica. Apresentam-se, também, dados mostrando que esta relação de subordinação e perda de soberania e identidade nacional dos estados nacionais diante do poder das grandes corporações é geradora de desigualdade, exclusão social e impactos ambientais catastróficos.

3 A REFORMA DO ESTADO E AS DIRETRIZES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

3.1 Os Fundos de Investimento Internacionais, As Grandes Corporações Transnacionais e os Países Periféricos

3.1.1 Os Agentes Multilaterais e os e os Ajustes Estruturais Exigidos aos Países Periféricos

Criado em 1944, na Conferência Internacional de Bretton-Woods, o Fundo Monetário Internacional, FMI, foi constituído como uma instituição financeira de grande porte, ligada à ONU, com sede em Washington, fazendo parte do Sistema Financeiro Internacional que disciplina a economia mundial junto com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como é mais conhecido, o Banco Mundial (BANCO MIUNDIAL, 1997).

As funções do FMI, na economia capitalista internacional são: 1) cooperação para a expansão financeira e do comércio mundial; 2) manutenção da estabilidade cambial através do padrão ouro-dólar; 3) favorecer a constituição do sistema multilateral de pagamentos, buscando eliminar entraves e barreiras nacionais, criando um sistema mundial de comércio e finanças e 4) moderar graves desequilíbrios nos balanços de pagamentos dos países devedores, sugerindo, ou impondo, através de sanções envolvendo cortes de empréstimos e bloqueios comerciais, medidas corretivas que afetem as políticas internas desses países (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Um fato que merece destaque na constituição deste macro-organismo financeiro internacional é o fato que, praticamente, a totalidade dos recursos que constituíram o capital financeiro inicial da instituição FMI proveio dos Estados Unidos da América do Norte, sendo parte do governo americano e parte proveniente dos grandes bancos, empresas e corporações transnacionais com matriz nos Estados Unidos. Desde o momento em que começou seu funcionamento o Fundo Monetário Internacional foi pressionando os países devedores a mudarem suas políticas alfandegárias e financeiras abrindo espaço para os produtos e

investimentos provenientes dos Estados Unidos e de seus aliados europeus (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

Como coloca, Paul Volker, (2003, p119), ex diretor do Fed norte americano: “Não é preciso concordar com todas as políticas e decisões do FMI para perceber que este é o único veículo disponível e adequado para trazer consenso e legitimidade à reforma do sistema financeiro em escala global.”

Segundo Soros, (2003, p129)

A principal missão do FMI é preservar o sistema financeiro internacional. Sua tarefa é garantir que um país devedor consiga cumprir suas obrigações internacionais. As condições que impõem ao país devedor inclui taxas de juros punitivamente altas(...) que beneficia de forma indireta os emprestadores.

Na América Latina as imposições do FMI para empréstimos, juros e pagamentos foram ostensivas e rígidas em relação aos governos nacionais, enquanto favoreceu a recuperação da economia européia e japonesa do pós-guerra. Pode-se afirmar que o capital retirado dos países pobres através dos juros e dos pagamentos aos investimentos do FMI, há décadas, ajudou a fortalecer as economias européia e japonesa, aliadas dos Estados Unidos, eis o grupo e o predomínio mundial do Grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo, G-7. Os empréstimos ofertados aos países periféricos, de terceiro mundo ou subdesenvolvidos, como os países da América Latina, foram condicionados à entrada de capitais estrangeiros e a contratos de risco onde os governos nacionais desses países se comprometiam a ressarcir as perdas dos investimentos fracassados em seus territórios (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Na atualidade, o FMI, mantém o papel de órgão normativo que busca garantir o retorno dos investimentos feitos pelos países ricos aos países pobres, ditando padrões de políticas nacionais para os países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, fazendo pressão para que a dinâmica da economia global esteja de acordo com as determinações do Governo Americano, principal, investidor do fundo e membro do G-7. Estes países superdesenvolvidos, por seu lado, se definem claramente pela defesa do interesse de suas empresas e corporações industriais, comerciais e financeiras presentes nos países menos ricos (LIMA, 2005).

Sendo o Fundo Monetário Internacional, abertamente, um defensor e normatizador dos interesses dos Estados Unidos e demais países ricos do G-7, ele passa a exercer pressão em função da cobrança de pagamentos, da monitorização das taxas cambiais e da abertura do mercado aos investimentos e comércio internacional. O FMI e o Banco Mundial que possuem,

basicamente, a mesma função de coerção, controle e intervenção na economia interna dos estados nacionais periféricos, em função dos interesses dos grandes grupos capitalistas representados pelo G-7. Esta função disciplinadora e normativa obrigam os estados nacionais a formularem suas políticas internas segundo as determinações do FMI. Isto ocorre através da pressão financeira com ameaças à suspensão de empréstimos, sanções comerciais e outras formas de pressão, incluindo, a via militar (IANNI, 1995).

O FMI e o Banco Mundial, BIRD, com seus planos de ajuste estrutural impostos Aos países periféricos, como o Brasil, dentro da ideologia econômico-política neoliberal, proveniente dos países mais ricos do mundo, G-7, que defendem os interesses das grandes empresas e corporações capitalistas que têm sede em seus países, têm produzido impactos sociais devastadores nos países periféricos. A adoção pelos estados nacionais periféricos das medidas do FMI e Banco Mundial tem favorecido a internacionalização da política macroeconômica sob controle das grandes corporações capitalistas representadas pelo G-7 e pelo chamado Clube de Paris que, também, reúne representantes dos grandes grupos capitalistas dos países mais ricos do mundo. Deste modo, foi gerada uma nova forma de dominação mundial que passa diretamente pela economia e por sua internacionalização, ou seja, a globalização financeira. Esta gera o "colonialismo de mercado" que obriga os países pobres a se manterem em um nível de industrialização e mercado inferior aos dos países ricos, sendo que esta diferença tende a se acentuar, ou, no mínimo, se conservar (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Referindo-se as interferências políticas do FMI e do Banco Mundial sobre a política e a economia de países periféricos como o Brasil, Viana (2001), afirma que:

A burocracia Internacional sediada em Washington foi investida, pelos credores internacionais e corporações multilaterais, do poder de execução de um plano econômico global que afeta a subsistência de mais de 80% da população mundial. Em nenhuma época da história, o livre mercado – operando no mundo por meio de macroeconomia – desempenhou um papel de tal importância na determinação do destino de nações soberanas (VIANA, 2001, p.53-54).

Simionatto (2006), afirma que os ajustes estruturais, sob a forma de programas a serem implantados gradualmente, formulados pelas agências financeiras internacionais, (os grandes fundos de investimento internacionais como o FMI, o BID e o Banco Mundial), com a justificativa neoliberal de superar desequilíbrios econômicos, políticos e sociais em escala mundial, tem causado desde de 1970 e, principalmente, a partir de 1990 seus impactos sociais

negativos que aumentaram as desigualdades e os problemas sociais em países do terceiro mundo como é caso do Brasil e demais países do Mercosul.

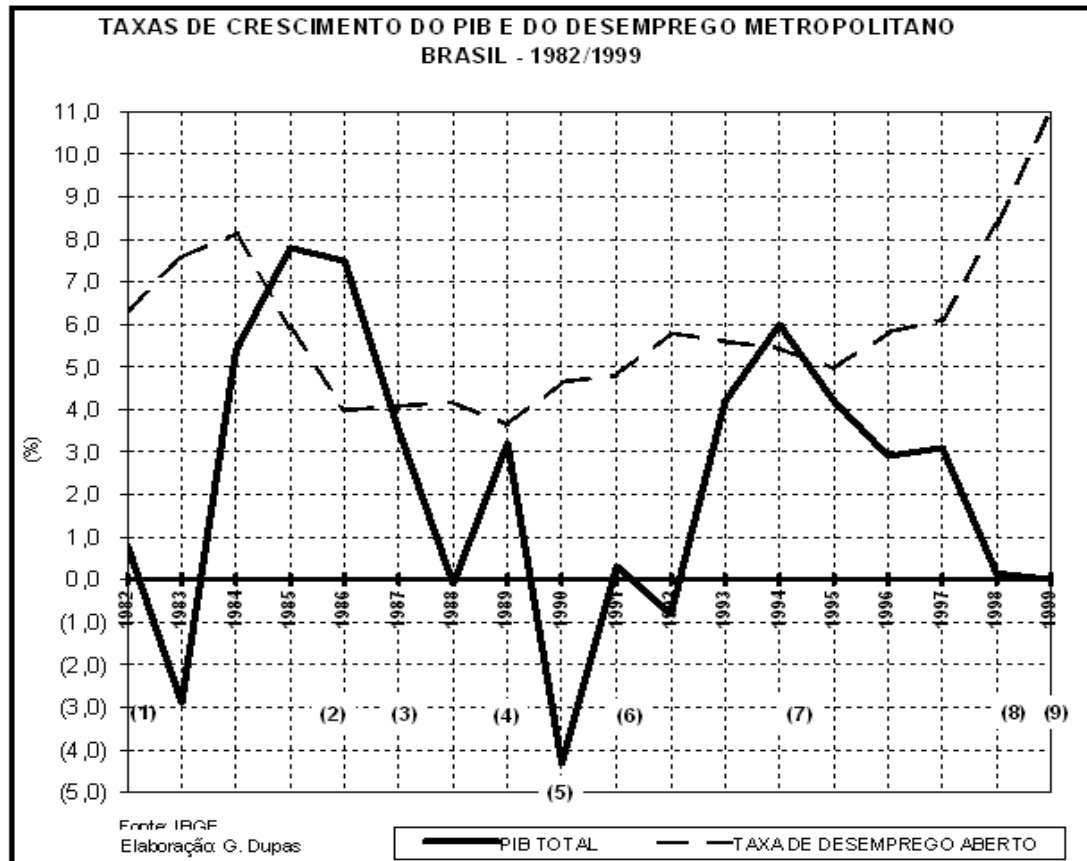
Segundo Simionatto (2006), estes programas de ajustes estruturais são elaborados de acordo com o estágio de desenvolvimento do capitalismo em cada país, tendo em conta suas singularidades sociais e históricas e a posição de sua economia no mercado mundial. Verifica-se que nos países do Mercosul, os governos têm, paulatinamente, formulado as políticas internas e externas dos Estados nacionais segundo as determinações da política das empresas transnacionais, das grandes corporações, que se vêem representadas no relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial e nas determinações do Fundo Monetário Internacional. A forma de pressão é bem simples, *ou os governos nacionais adotam as políticas sociais definidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, transmutadas em supostas ações voltadas para reduzir a pobreza mundial, mas, totalmente fundadas sobre os interesses do capitalismo internacional, ou não tem acesso aos investimentos do qual se tornaram dependentes* (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

3.2 Conseqüências das Diretrizes dos Agentes Multilaterais na Economia Periférica Brasileira

Segundo Lima (2005), desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, continuando no Governo de Luis Inácio da Silva (Lula), o governo federal, independente de ideologia partidária, vem formulando políticas sociais e públicas de acordo com as exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Como exemplos, se têm as privatizações de grandes estatais, como a Siderúrgica de Volta Redonda, no Governo de FHC. Para facilitar a venda se espalhou o mito de que a siderúrgica dava prejuízos, contudo, técnicos e políticos mostraram que, ao contrário, era uma empresa como a Petrobrás, um pólo tecnológico e financeiro singular. Apesar de fortes campanhas, inclusive na televisão, para que não se privatizasse a siderúrgica uma das mais estruturadas e produtivas do país, ela foi vendida ao capital internacional bem abaixo do seu valor real.

No gráfico 1, abaixo, verifica-se que o PIB nacional decresceu nos primeiros 20 anos do processo de globalização da economia mundial, enquanto a taxa de desemprego cresceu extraordinariamente.

GRÁFICO 1- PIB X Desemprego



(1) Crise do México e ida ao FMI

(2) Plano Cruzado

(3) Plano Bresser

(4) Plano Verão

(5) Plano Collor

(6) Collor II

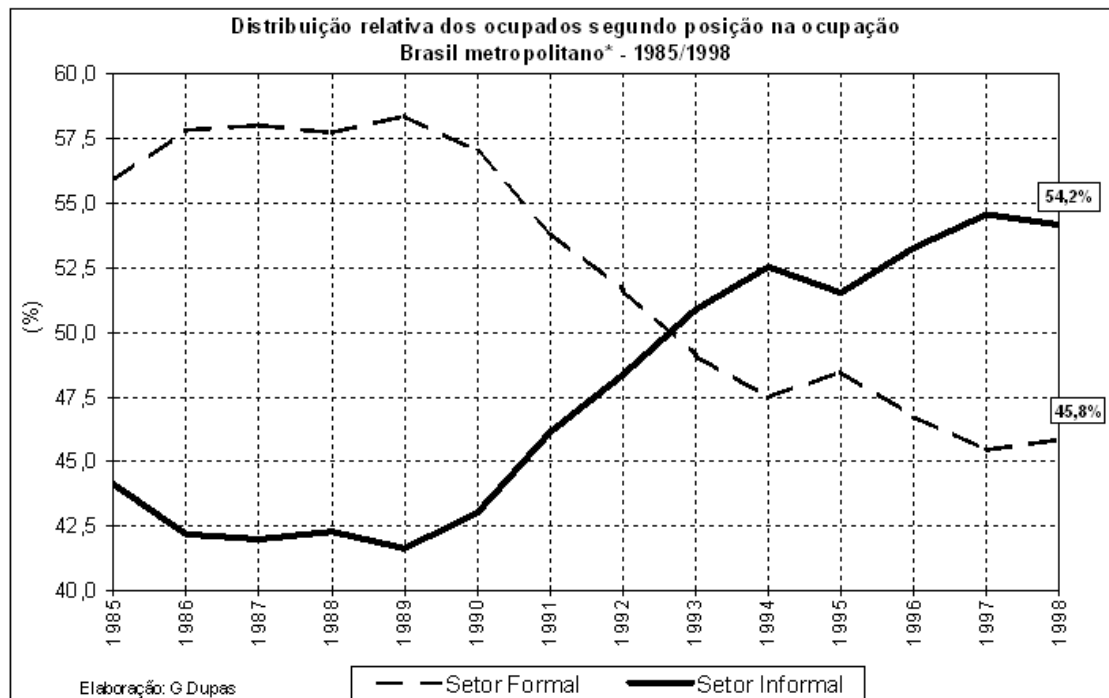
(7) Plano Real

(8) Desvalorização cambial

(9) Previsão

Fonte: Dupas (2006, p.19)

Por outro lado, de acordo com Martin e Schumann (1999), nas economias periféricas os empregos formais decresceram, tendo se expandido os empregos e atividades informais, sendo mais um índice do empobrecimento e involução social desses países nos anos atuais de globalização financeira. Esta situação da queda dos empregos e atividades formais pode ser observada no gráfico 2, abaixo, referindo-se ao período de 1985-1998.



Fonte: IBGE. (*) Agregação das seguintes Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Fonte: Dupas (2006, p.23)

Gráfico 2 – Empregos Formais X Informais

Martin e Schumann (1999), fazem notar que o desemprego se tornou um problema mundial advindo com a globalização, inclusive para alguns países do G-7 como França e Alemanha, nos Estados Unidos, contudo, as taxas de desemprego estavam decrescendo, de modo contínuo e acentuado, até a 1999, segundo a pesquisa desses autores.

Nos países periféricos como o Brasil o desemprego alcançou índices muito altos para uma nação que se quer em desenvolvimento, situação que implicaria uma ativação plena das forças produtivas (trabalhadores em geral). O desemprego aumenta com o êxodo rural que continua acentuado devido às precárias condições de vida existentes no meio rural brasileiro. Contudo, os meios urbanos acabam se tornando mais inóspitos, ainda, que o meio rural com relação às populações desqualificadas para o mundo globalizado, que vêm habitar o mundo urbano. Sem emprego e sem qualificação para conseguir um, essas populações fatalmente caem na exclusão social, que implica discriminação social e interiorização desta discriminação e que pode levar a marginalização completa do ser humano (CHOSSUDOVSKY. 1999).

Daí, também, se pode refletir sobre a causalidade da violência urbana e porque são as populações desqualificadas pela sociedade capitalistas que acabam sendo induzidas as formas

mais diretas e selvagens da violência e da criminalidade, servindo de bodes expiatórios de outros crimes mais graves, porque de extensão maior e duração interminável que assolam a sociedade brasileira em sua fase capitalista.

No gráfico 3, estão representados os percentuais de distribuição dos estratos populacionais (rurais, urbanas e metropolitanas), verificando-se o aumento contínuo do percentual urbano.

No Gráfico 4, estão representados os percentuais de empregos abertos, na verdade perdidos, na economia nacional na primeira década da globalização.

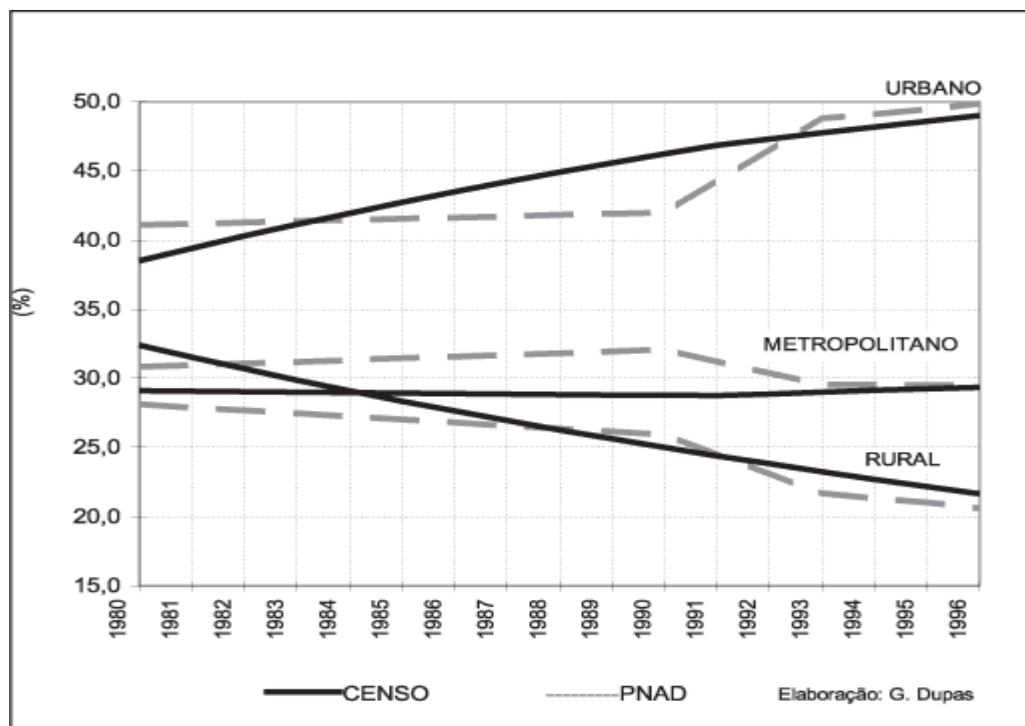


Gráfico 3: Distribuição da população segundo os estratos, Brasil 1981-1996

Fonte: IBGE.

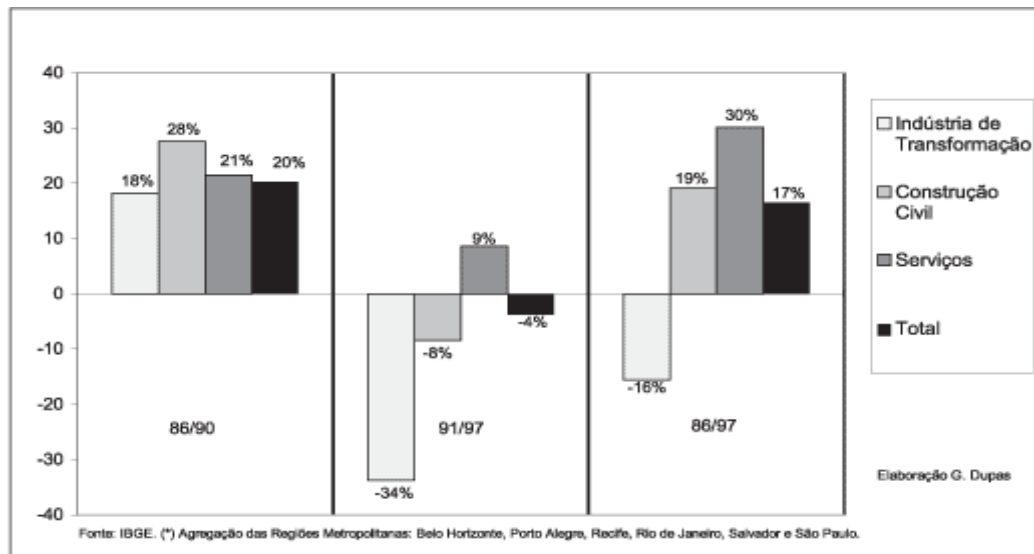


Gráfico 4: Porcentagem de empregos gerados (perdidos) por setor de atividade Brasil metropolitano* 1986-1997

Outro exemplo, é a alta dos juros no Governo Lula e a preocupação com os pagamentos da dívida externa, ao invés de se refletir como essas dívidas foram feitas e quem foram os seus principais beneficiados. As taxas altas de juros atendem somente aos interesses dos banqueiros nacionais e dos investidores internacionais, sendo estes, os principais beneficiários dessa política. As taxas de juros nos últimos anos foram consideradas uma das mais altas do mundo, sendo que os bancos nacionais e transnacionais brasileiros jamais cresceram tanto como neste período e tem alardeado o fato. Mesmo o economista Paul Singer afirmou que a alta dos juros no Brasil faz parte da estratégia de acumulação do capital nos EUA e demais países do G-7 e estavam de acordo com determinações explícitas do BIRD e do FMI (LIMA, 2005).

Lima (2005), afirma que o relatório do Banco Mundial qualifica os países do terceiro mundo como Ineptos, ineficazes, ineficientes e responsáveis pelo déficit público, entre tanto outros adjetivos negativos atribuídos a estas nações. Assim, camuflados como salvadores do povo das nações pobres, os agentes financeiros internacionais pretendem resolver o problema da desigualdade e da exclusão social na América Latina, aplicando os mesmos instrumentos liberais que são a causa da desigualdade e da exclusão enfocadas.

Deste modo, se levou os governos nacionais a implementarem mudanças radicais em suas políticas interna e externa, modificando suas legislações trabalhistas, rompendo com

compromissos antigos com as classes trabalhadora e impondo políticas de juros alto prejudicando as empresas nacionais (LIMA, 2005).

3.3 A Desqualificação dos Governos Nacionais pelo Banco Mundial e FMI

Gonçalves (1998), diz que com as definições do Banco Mundial, surge um novo modelo da famosa dicotomia liberal entre o “público” e “privado”. O público passa a ser o bandido, o corrupto, o inepto, o fracassado, enquanto a iniciativa privada é vista como a solução para todos os males sociais. Por mais que o Banco Mundial e o FMI, juntos, tentem se fazer passar pelos defensores dos pobres da América Latina, mais suas idiosincrasias liberais surgem com toda a força, desmascarando seu discurso de dominação econômica e política da América Latina e do resto do mundo considerado subdesenvolvido.

É de suma importância estratégica para estes agentes multilaterais, financeiros e comerciais, a serviço do capitalismo europeu e norte-americano desqualificar os governos nacionais dos países do terceiro mundo. Assim, toma-se por.

público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado a esfera da eficiência e da qualidade. Eis o mito no que se apegam as agências financeiras internacionais e que se traduziu em "modernizar o Estado, reconstruí-lo, reformá-lo, segundo as orientações dos fundos financeiros internacionais, propondo a reforma do Estado segundo os interesses do mercado globalizado, impondo a redução do investimento público, principalmente, na área social e cultural. "As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, têm articulado uma "aliança tecnocrática transnacional", no sentido de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo as funções estatais e fortalecendo as ações de natureza privada" (SIMIONATTO, 2006, p.9).

O Banco Mundial e seu irmão o Fundo Monetário Internacional definem estratégias políticas, tais como as delineadas no relatório do Banco Mundial (1997), buscando-se legitimar do ponto de vista social, político e jurídico, propondo, então, supostas reformas sociais, fundadas sobre fatores macroeconômicos mundiais. Entre as reformas que, supostamente, viriam de encontro aos interesses das nações pobres está a inserção no mercado globalizado, investimentos em assistência social básica e infra-estrutura assistencialista em função dos grupos de risco social e redução dos impactos ambientais (DUPAS, 2006).

Para o Banco Mundial (1997, p.1), "o Estado não pode mais assumir o papel de protagonista do desenvolvimento social e político dos seus cidadãos. Ele deve ser “apenas sócio,

elemento catalisador e impulsionador dos interesses do mercado mundial". Veja-se que aqui os agentes mostram suas reais intenções para com os estados nacionais dos países subdesenvolvidos. Porque são justamente os interesses de setores poderosos do mercado que lançaram, historicamente, os países ditos subdesenvolvidos nessa situação (KUTTNER, 2003).

Dupas (2006), afirma que o relatório do Banco Mundial, endossado pelo FMI, não permanece letra morta, meras sugestões para o desenvolvimento do país. Para terem sido eleitos, tanto FHC, quanto Lula, tiveram que se sentar com os banqueiros e os representantes do fundo e do banco mundial, acatando suas recomendações, e para poderem governar tiveram e tem, no caso do segundo, que reiterar a aceitação das regras do jogo passando por cima, inclusive, de suas ideologias partidárias, opondo-se aos interesses da população que os elegeu. As provas disso foram as diversas reuniões e acordos informais firmados, antes e depois das eleições, tanto pelo governo FHC, quanto pelo Governo Lula, com representantes do FMI e do Banco Mundial, bem como, com o capital financeiro em geral (LIMA, 2005).

No âmbito da educação, as diretrizes do Banco Mundial apontam para uma multiplicação dos cursos técnicos de alta qualidade e a privatização paulatina do ensino superior e médio, com programas de bolsas de estudo e incentivos fiscais e financeiros às instituições privadas de ensino. Assim, como na saúde, também, na educação o BIRD e o FMI, impõem que o Estado deixe de investir maciçamente com programas educacionais voltados para uma grande população e deixe a maior demanda iniciativa privada. Assim, haverá recursos estatais para o pagamento dos juros e de parcelas das dívidas nacionais periféricas com os fundos internacionais, ou melhor, norte-americanos e dos demais países do G-7. Por outro lado, ainda, ganhando no pólo financeiro e no pólo comercial, os investidores e os empresários transnacionais poderão abocanhar as melhores fatias em termos de investimento privado em educação, saúde, previdência e seguridade social (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

Gonçalves (1998), afirma que privatizar a educação é se assegurar que ela não irá politizar mais ninguém. Sendo a instituição escolar privada uma empresa em busca de lucros, terminarão discussões políticas trazidas pelos professores porque não interessam discussões sociais e políticas em uma instituição liberal, donde toda inteligência questionadora e ativa se verá podada ou eliminada. Assim, também, a privatização da saúde acaba por deixar a população necessitada sem poder ascender aos serviços médicos especializados e de qualidade.

Lima (2005, p.5), afirma que para o Banco Mundial e o Fmi, a sociedade civil é identificada às classes dominantes, empresários e gerentes do sistema capitalista interno que, geralmente, lucram com as estratégias capitalistas globais e sempre as apóiam contra as críticas vindas dos trabalhadores e intelectuais comprometidos com o advento de uma economia socialista. Assim, a sociedade civil organizada, concebida por esses agentes multilaterais referidos, são empresários e políticos poderosos, bem coadunados com os interesses do capitalismo globalizado, usufruidores dos negócios transnacionais, representando interesses privados que negam a existência dos conflitos sociais de classes e grupos, definindo-se como uma unidade coesa de interesses, como os autênticos porta-vozes da nação (LIMA, 2005).

Assim, a sociedade civil

em sentido transclassista, é convocada, em nome da cidadania, a realizar parcerias de toda ordem, sendo exemplares os projetos de refilantropização das formas de assistência, que, em cada país, sob a ótica da descentralização, assume características semelhantes na condução dos programas focalizados de combate à pobreza (SIMIONATTO, 2006, p.5).

Junto com o desmonte das instituições de assistência e desenvolvimento social e com a descentralização de certas funções fundamentais, se soma a privatização do Estado em função de uma suposta supremacia da iniciativa privada, sendo o mercado colocado como garantia de eficiência e eficácia que não poderiam ser obtidas pela instituição pública. Segundo esta mitologia, o mercado seria uma esfera perfeita que controla tudo de modo geral e automático, sendo um agente do bem estar social por si mesmo. Por isso é compreendido como "o melhor dos mecanismos de controle, já que através da concorrência obtêm-se, em princípio, os melhores resultados com os menores custos", (DUPAS, 2006).

Mesmo ideólogos e economistas do neoliberalismo, que defendem a globalização do mercado, a política do laissez-faire econômico e a ingerência das grandes corporações transnacionais, através dos agentes disciplinadores multilaterais, como FMI, OMC e BIRD, nos governos nacionais, admitem que os resultados só podem redundar em perdas para os países periféricos envolvidos na compra de tecnologia e de capital financeiro, com aumento de seus problemas sociais.

Como coloca Shiva (2003, p166): “As regras do livre comercio permitem que as empresas usem a maquinaria do estado-nação para se apropriar de recursos do povo e impedir que o povo afirme e exerça seus direitos. (...) As políticas de globalização aceleraram e

expandiram a destruição ambiental e expulsaram milhões de pessoas de seus lares e de suas bases de sustentação”.

Assim, Volcker (2003), a respeito das grandes corporações transnacionais e do resultado de suas ingerências nas economias e políticas nacionais periféricas, afirma que:

essas organizações têm a capacidade e a disposição de buscar investimentos mais exóticos e potencialmente mais rendosos (...) o que pode ser marginal para o numero crescente de instituições de investimento com dinheiro móvel pode, *no total, ser avassalador para o país receptor*³ (VOLCKER, 2003, p.119).

Kuttner (2003), diz que a ideologia neoliberal, veiculada nos discursos dos agentes multilaterais como o FMI, BIRD e OMC faz uso das *deficiências* dos estados nacionais, para poder dominar ainda mais todo o espaço social, neutralizando toda crítica social fundada sobre outros pressupostos que não os princípios da economia e da política capitalista.

³ Grifo do autor do presente estudo.

4 OS RESULTADOS DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS E SEUS AGENTES MULTILATERAIS: GLOBALIZAÇÃO; EXCLUSÃO SOCIAL E IMPACTOS AMBIENTAIS

4.1 Globalização e Exclusão Social

Esta crescente interferência da ideologia neoliberal proveniente das grandes corporações transnacionais pertencentes aos países do primeiro mundo na política interna e externa dos países subdesenvolvidos fez com que os índices de desigualdade social, marca singular destes países, se acentuassem. A tendência da globalização em formular padrões de produção e de qualificação para o mercado de trabalho, implica que nos países periféricos, ou subdesenvolvidos, uma grande parte da população, consistindo de minorias étnicas e sociais, não possa acompanhar estes padrões, ficando economicamente desqualificados ou excluídos do processo de produção e do mercado, marginalizando-se. Este fenômeno nasce da desigualdade social, sendo que sua radicalização forma o que se denominou de *exclusão social* (DUPAS, 2006).

O conceito de exclusão social, que implica nesta desqualificação profissional e econômica de grandes contingentes humanos que ficam à beira do processo de produção, excluídos do mercado de consumo e de trabalho e à mercê da marginalidade absoluta e dos paliativos da assistência social dos países periféricos. È o caso do Brasil. Pode-se afirmar que à medida que cresce a influência da política das grandes corporações capitalistas sobre as políticas nacionais dos países periféricos, maior é o índice de exclusão social e quanto mais a globalização força as nações a padronizar sua produção e disciplinar seus mercados financeiros, mais populações desqualificadas vão surgindo dentro delas (DUPAS, 2006).

Os debates sobre exclusão social surgiram na Europa em torno de temas sociais pertinentes aos movimentos de reivindicação de minorias como sem-tetos; desempregados, minorias étnicas, imigrantes marginalizados e, também, a grande maioria da juventude que se vê sem perspectivas de ascender a uma posição privilegiada no mercado de trabalho (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

A exclusão social pode ser definida como à ameaça que grupos que, estavam integrados aos padrões produtivos e mercadológicos existentes, sofrem de serem marginalizados socialmente, devido às transformações sócio-econômicas geradas pela globalização financeira que aumentou, portanto, a pobreza já existente nos países de terceiro mundo (VIANA, 2001).

O problema se trata de saber como fazer para inserir uma população cada vez maior na economia de mercado para que não se torne completamente marginalizada. A exclusão social é um aprofundamento radical da desigualdade social (VIANA, 2001).

Nas economias capitalistas, a busca pela maximização de lucros e crescimento econômico a qualquer preço, tem levado à exclusão, exploração e à miséria da vasta maioria da população mundial. (FOSTER, 2002).

A exclusão social deve ser abordada de forma multidimensional. Caracteriza-se pela falta de poder aquisitivo para a compra de bens e serviços; pela exclusão de uma plena cidadania, estando os sujeitos à mercê de todas as formas de desrespeito, violência e exploração, constituindo-se de desigualdades e exclusões econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. Há, nas pesquisas apresentadas neste estudo unanimidade em considerar o surgimento da exclusão social em grande escala e, portanto, o aumento da desigualdade social, como o resultado da dominação política e econômica das grandes corporações capitalistas na era da globalização financeira sobre os estados nacionais periféricos, ou países sub-desenvolvidos (LIMA, 2005).

Por outro lado, além do surgimento da exclusão social, com o aumento das desigualdades existentes na humanidade, a globalização acelerou os efeitos de destruição, ou impactos, ambientais que já eram uma característica da expansão capitalista. Do mesmo modo que em relação á exclusão social, os países mais afetados são justamente aqueles que menos ganham com a globalização, isto é, os ditos países subdesenvolvidos (LIMA, 2005; DUPAS, 2006).

4.2 Globalização e Impactos Ambientais

Shiva (2004), afirma que a globalização econômica, ao pressionar aos países menos desenvolvidos para que acelerem seus processos de inserção no mercado global, sob pena de marginalização econômica e perda de investimentos, fez com que os impactos ambientais nestes países se tornassem, ainda, maiores do que já o eram, chegando a proporções catastróficas.

A atual crise ambiental e social exige que a economia do mundo se ajuste a limites ecológicos e à necessidade da sobrevivência humana. Em vez disso, instituições globais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização do Comércio (OMC) estão impondo à natureza, às mulheres e ao Terceiro Mundo o custo do ajuste. Nos países que o Banco Mundial chama de LDC (less developed countries ou, países menos desenvolvidos) as medidas de ajuste estrutural e liberação do comércio vem se tornando às ameaças mais graves à vida humana (SHIVA, 2003, p. 64).

Portanto, não há como separar temas como o superaquecimento global, impactos ambientais catastróficos e exclusão social crescente das interferências que as grandes corporações capitalistas transnacionais, com sede nos países ricos, especialmente nos EUA, fazem sobre os governos nacionais dos países subdesenvolvidos a fim de que suas populações arquem com os custos da acumulação do capital na mão de potências hegemônicas e integradas (MONTBELER, 1999).

Foster (2002, p10) ainda coloca que:

O capitalismo e seus economistas, geralmente têm tratado os problemas ecológicos como algo para ser evitado ao invés de ser endossado. A expansão infinita dentro de um meio ambiente finito é uma contradição de termos. Isso expõe o potencial conflito catastrófico entre capitalismo global e meio ambiente global.⁴

Nas últimas décadas tem se intensificado a ocorrência de fenômenos ambientais negativos em relação à vida humana, à economia e à preservação das riquezas naturais, tais como: o ar, as águas, a fauna e a flora. Estes fenômenos são denominados de impactos ambientais e são gerados pelas atividades industriais e se estendem desde os setores produtivos urbanos até a agroindústria e os empreendimentos extrativistas (VALLE, 1995).

Os sucessivos, contínuos e constantes impactos ambientais, que se disseminam na medida mesma em que se expande a economia industrial e de mercado fundada sobre o progresso científico e técnico, têm causado, no mundo inteiro, danos ao meio ambiente de modo a prejudicar a qualidade de vida das diversas populações humanas, destruindo quantidades imensas de riquezas naturais, comprometendo a qualidade do ar, das águas, dos alimentos e, de modo geral, de todos os elementos necessários para que possa haver vida, sociedade e economia humana no planeta, especialmente, nos países periféricos (SHIVA, 2003).

⁴ Capitalism and its economists have generally treated ecological problems as something to be avoided rather than seriously addressed. Infinite expansion within a finite environment is a contradiction of terms. It thus posed a potential catastrophic conflict between global capitalism and the global environment. (Tradução do autor).

Num mundo de comércio globalizado e desregulamentado, no qual tudo é negociável e a força econômica é o único determinante do poder e do controle, os recursos passam dos pobres para os ricos e a poluição dos ricos para os pobres. (...) O livre comércio global provocou destruição ambiental no mundo inteiro, sendo o sul que suporta de forma desproporcional o fardo ambiental da economia globalizada. (...) fazem isso exportando o custo ambiental para o terceiro mundo. As indústrias famintas de recursos e de poluição intensiva estão sendo transferidas para o sul por meio da economia do livre comércio (SHIVA, 2003, p.164 –165).

Além desses efeitos ambientais indesejáveis e perigosos para as espécies vivas em geral e para o ser humano em especial, muitas vezes, os impactos ambientais fazem sentir seus efeitos negativos em relação à qualidade e aos custos da produção da própria empresa geradora da atividade danosa ao meio ambiente. É o caso de uma indústria de alimentos que venha através de algum de seus detritos poluir a qualidade das águas que lhe serve de elemento básico na confecção de seus produtos e na manutenção de seu processo produtivo. Além de comprometer a qualidade de seus produtos, a empresa corre ainda os riscos de arcar com os custos de pesadas multas. Outro caso, uma empresa de extrativismo vegetal que, por falta de um planejamento exploratório adequado, com reposição da matéria-prima vegetal básica, tenha que procurar cada vez mais longe seu produto de extração, aumentando os custos de produção. (MONTBELLER, 1999).

A expansão das atividades econômicas industriais humanas com falta de planejamento de custos ambientais a curto, médio e longo prazo, somado à dinâmica do crescimento populacional, que aumenta a devastação do ambiente natural e a necessidade de produção de bens de consumo, podem afetar os próprios custos de produção das empresas diretamente envolvidas, comprometendo a qualidade de seus produtos e encarecendo algumas de suas matérias-primas fundamentais (SHIVA, 2003).

Neste sentido, fala-se de “desenvolvimento sustentável” que implica num planejamento científico de todas as atividades humanas e empresariais que podem gerar impactos ambientais em uma determinada região geográfica. O desenvolvimento sustentável, em um primeiro momento, contradiz os interesses imediatos dos grupos empresariais e humanos envolvidos. No caso da empresa, o investimento em planejamento e preservação ambiental aumenta o custo de produção o que, pensa-se, tende a diminuir os lucros (MONTBELLER, 1999).

Porém, caso se possa demonstrar que os custos ambientais refletem no aumento do custo de produção e que os investimentos em termos de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental podem reverter na diminuição dos custos e no aumento da qualidade dos produtos, as

empresas naturalmente seriam levadas a este tipo de investimento tão desejado pela maioria da sociedade. O mercado globalizado, altamente competitivo e padronizado, tem feito com que as empresas busquem, cada vez mais, a melhoria da gestão nos processos produtivos, priorizando a identificação e a solução de problemas, suas causas e conseqüências e tendo que cumprir normas internacionais de preservação ambiental.

4.3 Resultados Periféricos da Política das Transnacionais e dos Multilaterais: Globalização e Problemas Econômico-Sociais e Sócio-Ambientais

Com o advento da revolução tecnológica nas comunicações, que permitiu a transferência de capital de forma instantânea pelo globo, nos últimos quinze anos o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação. O setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais (LIMA, 2005).

O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global. Cerca de 1,5 trilhões de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano. Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política. A crise mexicana de 94/95 revelou as conseqüências da desregulamentação financeira para os chamados mercados emergentes. Foram necessários empréstimos da ordem de 38 bilhões de dólares para que os EUA e o FMI evitassem a falência do Estado mexicano e o início de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional (LIMA, 2005).

Os resultados obtidos pelo Mercosul expressa a tendência existente no processo de globalização traduz essa tendência. Na realidade a integração do comércio nessa região, a exemplo do que ocorre com o Nafta e do que se planeja para a Alca em escala continental, tem favorecido, sobretudo a atuação das empresas transnacionais, que constituem o carro chefe da regionalização. O aumento do comércio entre os países do Mercosul nos últimos cinco anos foi da ordem de mais de 10 bilhões de dólares. Isto se deve em grande parte às facilidades que os produtos das e as empresas transnacionais passaram a gozar com a eliminação das barreiras tarifárias no regime de união aduaneira incompleta que caracteriza o atual estágio do Mercosul (LIMA, 2005).

No mesmo período, o Mercosul acumulou um déficit de mais de cinco bilhões de dólares no seu comércio exterior. Este resultado reflete as conseqüências negativas das políticas nacionais de estabilização monetária ancoradas na valorização do câmbio e na abertura indiscriminada do comércio externo praticadas pelos governos FHC e Menem segundo as determinações do FMI, do Banco Mundial e da OMC (LIMA, 2005).

Tendo o próprio governo como aliados sem opção, dentro das regras da globalização financeira, das transnacionais e dos agentes multilaterais, as sociedades nacionais dos países periféricos tentam se organizar e resistir através de algumas entidades representativas como as centrais sindicais em função de conservar direitos sociais. As propostas do sindicalismo de adoção de uma Carta Social do Mercosul, de democratização dos fóruns de decisão, de fundos de reconversão produtiva e de qualificação profissional têm sido rechaçadas pelos governos e empresas transnacionais. A super exploração do trabalho faz ressurgir o trabalho infantil e o trabalho escravo (KUTTNER, 2003).

Quanto aos empresários nacionais dos países periféricos como no Brasil, há muito abdicaram da pretensão à hegemonia e da gestão de um desenvolvimento nacional autêntico, conformando-se a uma função inferior na dinâmica do capitalismo mundial. O desenvolvimento industrial nos países referidos foi obtido graças aos investimentos do capital externo, principalmente, via agentes financeiros multilaterais como o FMI e o BIRD, aprofundando e tornando crônica a dependência desses países. Assim, os empréstimos feitos pela Ditadura Militar brasileira na década de 70 se transformaram na crise da dívida externa dos anos 80, provocada pelo aumento das taxas de juros internacionais impostos pelos EUA (MARTIN; SCHUMANN, 1999).

A reforma do Estado e a estabilização monetária são duas das imposições dos organismos financeiros internacionais para que os países periféricos possam se inserir na economia globalizada. Um dos pontos falhos apontados pelo relatório do Banco Mundial é a baixa taxa de crescimento dos países latino-americanos. Contudo, essas reformas do estado propostas pelos agentes multilaterais têm a virtude de se transformar no contrário do que se propõe. As conseqüências negativas do ponto de vista social dos países periféricos são imediatas, manifestando-se na desindustrialização, no desemprego, no aumento das desigualdades e exclusão sociais, nos impactos ambientais devastadores, na privatização das empresas e dos serviços públicos, com corte nos gastos sociais em educação, saúde, moradia, previdência etc. O desemprego na Argentina chegou, em 1998, a ordem de 20% da força de trabalho ativa no país e no Brasil alcançou cerca de 50%. (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Da análise de distribuição de renda nos países do Mercosul, constatam-se tristes estatísticas: no Brasil, os 40% mais pobres recebiam, em 1997, apenas 9,2% da renda total, enquanto os 10% mais ricos recebiam 47, 5% o que significa uma renda média 40 vezes maior que a renda média dos 10% mais pobres; no Uruguai, os 10% mais ricos recebem uma renda média sete vezes maior que a renda média dos 10% mais pobres; na Argentina, a diferença é de 17,1 vezes, e no Paraguai 14,7 vezes. Os níveis mais elevados de pobreza urbana são os do Paraguai com 33,5%, e os do Brasil com 24,9%. No tocante à Argentina, na grande Buenos Aires ocorreu um significativo aumento da pobreza urbana entre 1991 e 1998, passando de 21,5% para 25,9% (SIMIONATTO, 2006).

Dupas (1997), afirma que a ascensão dos EUA como nação hegemônica acontece no início do século XX, porém, ao contrário da Inglaterra, os EUA não se basearam nas estratégias de comércio. Os norte-americanos preferiam manter o mercado interno fechado mantendo-se aberto a capital e recursos humanos estrangeiros, forçando, por outro lado, a abertura dos mercados nacionais de outros países, tanto para a venda de seus produtos e serviços, quanto para a instalação de suas empresas. Mesmo, ainda, durante a *guerra fria*, o tema do livre comércio defendido pelos europeus, não agradava aos EUA.

Contudo, a nova nação hegemônica passou a controlar a liquidez mundial como nenhuma outra nação havia feito, podendo promover e sustentar um desenvolvimento geral do comércio mundial em larga escala. O controle desse desenvolvimento e expansão foi delegado pelas grandes corporações capitalistas, pertencentes ou aliadas aos Estados Unidos, ao agente

multilateral GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), fundado em 1948, tendo sua sede em Genebra na Suíça. “Apesar de ser o nome de um Acordo Comercial, o GATT se transformou em um importante núcleo diretor de estudo e de apoio institucional e logístico para o desenvolvimento do comércio mundial dominado pela economia norte-americana e européia” (DUPAS, 2006).

Por influência dos interesses das grandes corporações transnacionais sediadas nos EUA, durante as décadas de 80 e 90, houve um grande impulso em direção ao livre comércio mundial, facilitado pelo vazio político e econômico deixado pelos países de economia socialista. A partir de então, a abertura de novos mercados, em escala global, tornou-se um instrumento básico da acumulação capitalista norte-americana e de seus aliados ricos, difundindo-se junto com a aceleração e expansão tecnológica. Assim, o livre comércio mundial passou a ser a bandeira da economia e política hegemônicas dos Estados Unidos.

Como principal defensor dessa bandeira do livre comércio está os EUA, apoiados mais distanciadamente por seus aliados do G-7. Gera-se, então, um discurso com aparências de interesses universais de prosperidade mundial. Vários argumentos a favor da queda de barreiras comerciais constam de documentos do BID e de agências norte-americanas que defendem a ALCA: melhor divisão e especialização internacional do trabalho, economias de escala, alocação mais eficiente dos fatores de produção, otimização das vantagens comparativas, dinamismo concorrencial, identificação de nichos de mercado, processos de racionalização, queda de preços e conseqüente aumento de bem estar para o consumidor. Além disso, a liberalização comercial induz o aumento de produtividade ao patrocinar a importação de *know-how*, técnicas de gerenciamento e investimentos diretos. Os papéis e os interesses dos Estados Nacionais e das empresas como atores do processo econômico, precisam ser mais bem entendidos à luz da bandeira de abertura comercial. Os Estados Nacionais negociam acordos, impõem ou retiram tarifas, subsídios e barreiras não tarifárias. Ao fazê-lo, eles em parte, representam legítimos interesses privados de seus países.

Segundo o secretário do trabalho dos EUA do Governo Bill Clinton, Robert Reich (1993, p.5), já no início da globalização as grandes corporações, transcendendo as fronteiras nacionais, se tornaram os líderes absolutos do processo econômico mundial. As corporações transnacionais controlam o comércio internacional, através dos negócios intra-empresas que são, responsáveis por cerca de 40 a 50% do comércio total. “As corporações negociam cinicamente, pelo mundo

afora, os trabalhadores mais baratos, os menores impostos, regimes de trabalho e de meio ambiente.”

Para Soros (2003), este desequilíbrio no processo produtivo, financeiro e comercial que intensifica as relações capitalistas em todos os países, especialmente, nos países periféricos e faz com que o capital resultante flua e se concentre nas mãos dos países ricos, tornando-os mais ricos em consequência do empobrecimento e dependência maior dos países pobres (periféricos), o que poderia resultar em ondas de nacionalismo regionais fazendo frente ao capitalismo integrado e disciplinador das transnacionais norte-americanas e congêneres.

A nova arquitetura tende a tornar mais difícil para as empresas domésticas de países periféricos competir com as multinacionais. (...) o centro tem vantagens demais sobre a periferia. Os responsáveis pela arquitetura global deveriam esforçar-se para reduzir a disparidade, em vez de aumentá-la. (...) o verdadeiro perigo sistêmico que ameaça o sistema capitalista global tem caráter político. Ondas crescentes de nacionalismo só podem ser contidas pela disseminação mais igualitária dos benefícios do capitalismo global (SOROS, 2003, p.135).

De certo modo, isto que Soros (2003) afirma vem acontecendo no caso de alguns países árabes e orientais e no caso da Venezuela no Governo Hugo Chaves, contudo, a tônica mais comum desta questão é que os políticos e empresários nacionais, como já ficou dito, também lucram com as estratégias de penetração política, financeira e comercial das transnacionais porque a aceitação das regras do jogo é feita mediante empréstimos e investimentos às classes dirigentes nacionais.

No período enfocado, ou seja, a primeira década do processo constituinte da globalização financeira, verifica-se uma interferência sistemática e estratégica dos chamados organismos, ou agentes, multilaterais, especialmente, os grandes fundos financeiros internacionais, o FMI e o BIRD, nos governos nacionais de países considerados subdesenvolvidos como o Brasil. Esta interferência que se quer passar por quase filantrópica e assistencialista tem por base a crítica de tudo que é público, como se todo o público estivesse contaminado e fosse parasitário de uma economia e de uma política saudáveis que é justamente o privado e a privatização (VIANA, 2001).

Neste ponto central, a privatização, se revela a quem interessa o discurso pragmático carregado de ideologia capitalista e de segundas intenções do Relatório sobre a Pobreza do Banco Mundial (1997), ou seja, às corporações chamadas estranhamente de transnacionais.

Estranhamente porque este prefixo ‘trans’ significa que alguma coisa que transita e pertence a toda a parte onde se manifesta, contudo, elas pertencem às corporações e *holdings* capitalistas que tem sede nos EUA, em sua maioria, e nos demais países do G-7 (LIMA, 2005).

As estreitas relações entre os agentes multilaterais como o FMI e o BIRD e as grandes corporações se prova imediatamente com dois argumentos simples: 1- Toda lógica do discurso e das determinações do FMI e do BIRD, estão centrados sob a idéia da iniciativa privada que traz em seu bojo a busca da maximização do lucro e da acumulação de capital. É o próprio discurso liberal e neoliberal. Portanto, os fundos financeiros mundiais são empreendimentos de ideologia capitalista, funcionando segundo a lógica do mais forte financeiramente que se torna, ainda, mais forte e 2- O FMI e o Banco Mundial cresceram extraordinariamente graças os altos juros de seus empréstimos feitos a governos muitas vezes corruptos dos países periféricos, gerando dívidas, praticamente, infinitas que fazem com que esses países tenham que pedir novamente empréstimos até para pagar os empréstimos já feitos. Portanto, esses agentes multilaterais são na verdade grandes corporações financeiras transnacionais, ou melhor, Norte-Americanas e do G-7 (DREIFUSS, 2004).

Assim, não é de estranhar que a incorporação das determinações do FMI e do BIRD às economias e políticas periféricas, impostas como condição para empréstimos e investimentos, aceitas por governos e grupos ansiosos por desfrutar vantagens destinadas aos setores sociais dominantes, tenham gerado mais problemas sociais e ambientais nos países periféricos e tenha, por outro lado, gerado prosperidade e aumento de poder econômico, militar e político nos países sedes das grandes corporações internacionais.

Pode-se afirmar que a lógica da acumulação capitalista no período atual de seu desenvolvimento redundará em catástrofes sociais e ambientais sem precedentes na história humana conhecida. Marx (1980), advertia para os riscos de o capitalismo, se não superado enquanto modelo econômico e político, conduzir a humanidade a formas de barbáries em que a barbárie primitiva seria coisas de infância.

Foster (2002), afirma que:

Os defeitos resultantes da relação do capitalismo com o meio ambiente, são evidentes hoje em todas as áreas do que se chama “a crise ambiental”, que engloba problemas diversos como: aquecimento global, destruição da camada de ozônio, extração das florestas tropicais, eliminação dos recifes de coral, pesca predatória, extinção de espécies, perda de diversidade genética, aumento da toxidade de nosso ambiente e de nossa comida, desertificação, diminuição do abastecimento de água, falta de água

potável e contaminação radioativa, para nomear apenas alguns. A lista é muito grande e ficando mais longa, e a escala espacial onde esses problemas se manifestam, está aumentando (FOSTER, 2002, p. 12)⁵.

Foster (2002, p.12), lembra que "A falha em deter a atual conjuntura de aquecimento global, vai ser um convite para uma catástrofe ecológica e social em uma escala planetária, no curso do presente século⁶". Sendo que "a profundidade da crise ecológica e social da civilização contemporânea, demanda uma reorganização radical da produção para criar um mundo mais sustentável e justo⁷".

Assim, é necessário se pensar e agir para além dos parâmetros econômicos do modo de produção capitalista vigente. De certo modo, não há nada de novo na forma globalizada de dominação e concentração de capital nas mãos de uma minoria, com aumento da desigualdade e da exclusão social de outro. O capitalismo sempre foi gerador de desigualdades sociais e de periferias, contudo, o que mudou foi a intensidade com que esse processo vem acontecendo, colocando questões cada vez mais urgentes e sérias que devem ser resolvidas para garantir a sobrevivência da espécie humana e do planeta Terra.

⁵ The foregoing defects in capitalism's relation to the environment are evident today in all areas of what we now commonly call "the environmental crisis", which encompasses problems as diverse as: global warming, destruction of the ozone layer, removal of tropical forests, elimination of coral reefs, overfishing, extinction of species, loss of genetic diversity, the increasing toxicity of our environment and our food, desertification, shrinking water supplies, lack of clean water, and radioactive contamination - to name just a few. The list is very long and rapidly getting longer, and the spatial scales on which these problems manifest themselves are increasing (Tradução do autor do ingles para o português).

⁶ Fail to stop the present global warming trend will be to invite ecological and social catastrophe on a planetary scale over the course of the present century (Tradução do autor).

⁷ The depth of the ecological and social crisis of contemporary civilization, demands a radical reorganization of production in order to create a more sustainable and just world. (Tradução do autor).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

Ao término desta pesquisa, o autor acredita ter conseguido fazer uma análise descritiva da relação, dentro do processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista em seu estágio de Globalização Financeira, especialmente, na década de 90, dos agentes multilaterais financeiros nas estratégias de dominação política e econômica das corporações transnacionais atuais, de ideologia chamada neoliberal, que vêm sendo implantadas nos chamados estados nacionais periféricos.

Verificou-se, ao menos ao nível da literatura analítica e descritiva, com alguns dados quantitativos econômicos e estatísticos, que a partir da década de 90, na atual fase da globalização financeira, verificou-se estreitas relações entre a ideologia neoliberal das grandes corporações capitalistas que coincidem, ponto por ponto, com a ideologia e a política dos agentes multilaterais financeiros e, também, dos agentes multilaterais comerciais que não foram abordadas aqui.

Mostrou-se que não havia nada de novo no discurso do Banco Mundial e do FMI a respeito dos remédios milagrosos da economia da livre iniciativa. Ela está aí há cinco séculos ou mais e, sempre, por sob a pujança e o poder de grupos minoritários, se escondem a exploração, o caos e exclusão sociais das grandes majorias. Também, se escondem as guerras terríveis que a iniciativa privada, ou melhor, o capitalismo tem deixado a sua passagem e tem feito uso quando de suas crises que ameaçam fazer desabar todo o sistema e, finalmente, nascer algo novo em termos de modo de produção, autenticamente, sustentável, social e humano. Esconde-se, ainda, sob a febre pragmática e capitalista neoliberal da globalização, tendo como porta voz, o Banco Mundial e o FMI, os impactos ambientais devastadores, principalmente, nos países periféricos, mas, também, de modo catastrófico sobre todo o Planeta com a indução do efeito estufa, irreversível para a tecnologia e os recursos atuais e que podem tornar o planeta um deserto inabitável em poucos séculos, se não for em décadas (SHIVA, 2003).

Contudo, os limites desta pesquisa, não permitiram que se descrevesse a resistência política, econômica, social, ambiental e sócio-ambiental que vêm se desenvolvendo e, de certo modo, vem sendo facilitada, pela globalização. Especialmente, as facilidades de comunicação e

intercâmbio de informação vêm possibilitando uma inversão do discurso neoliberal que se apóia justamente naqueles pontos que ele diz defender. Assim, surgiram a *economia solidária* e a *economia sustentável* como alternativas ao modelo gerador de exclusão social e de impactos ambientais e sócio-ambientais (DUPAS, 2006).

Em relação ao que ela buscava descrever se pode afirmar de mais conclusivo que não somente os agentes multilaterais defendem os interesses de maximização de lucratividade cada vez maior das empresas transnacionais, com sede nos EUA e nos demais países do G-7, sobre as economias periféricas que eles "disciplinam" com o capital financeiro, mas, esses próprios agentes multilaterais financeiros são corporações transnacionais financeiras por si só que se estendem seu domínio por sobre os países devedores e se tornam cada vez mais poderosos e autoritários.

Não cabe dentro dos limites desta pesquisa colocar diretrizes que possam modificar esses resultados sociais e ambientais negativos do processo de globalização econômica, porém, deve-se ressaltar com Foster (2002) que, ou se modificam as coordenadas básicas de lucro a qualquer custo que orientam a iniciativa privada e a economia atual, no mundo inteiro, ou sérios problemas vão ocorrer nas próximas décadas.

"Considere uma mais harmoniosa co-evolução da natureza e da sociedade humana como um elemento essencial para construir uma ordem social mais justa e igualitária. – ou então encare as conseqüências naturais, uma crise ecológica e social que rapidamente vai sair de controle" (FOSTER, 2002, p. 25).⁸

Assim, vivemos um momento crucial, cabendo àqueles que podem realmente interferir nas estruturas econômicas e políticas saberem desse desafio e tomarem as medidas certas, ou então, toda a humanidade sofrerá as conseqüências. Porém, é muito difícil acreditar que aqueles que mais têm o poder de fazer e modificar a situação atual venham querer fazê-lo, visto ser isto contrário à manutenção de seus privilégios, prestígios, poderes e riquezas. Pode-se dizer que a maior miséria do homem atual, seu maior perigo, é justamente sua riqueza.

⁸ Look to a more harmonious coevolution of nature and human society, as an essential element in building a more just and egalitarian social order – or face the natural consequences, an ecological and social crisis that will rapidly spin out of control. (Tradução do autor).

5.2 Recomendações da Pesquisa

Esta pesquisa deveria ser complementada com uma pesquisa quantitativa mais detalhada, abrangendo o período posterior à década de 90 até a atualidade, verificando-se, assim, quais são os índices ambientais e sociais negativos deixados pela política de globalização financeira, ditada pelos grandes agentes financeiros internacionais e pelas corporações transnacionais, na economia nacional brasileira.

Um outro ponto que se deveria desenvolver em uma pesquisa mais específica são as formas de resistência social, ambiental e sócio-ambiental que vem se desenvolvendo no mundo inteiro contra os aspectos negativos da globalização econômica e do capitalismo enquanto tal. Ressaltando a importância dos movimentos de economia solidária e sustentável.

É importante que pesquisas como essas aqui elaboradas e outras sugeridas, bem como, o relativamente vasto conjunto da literatura especializada já produzida, possam ser usadas pelas entidades, instituições, ONGS (Organizações Não Governamentais), grupos e indivíduos que lutam cotidianamente para modificar o estado de coisas desfavorável, do ponto de vista das populações periféricas e da Natureza, gerado pela globalização financeira do Banco Mundial, FMI e dos grandes grupos e corporações transnacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

BANCO MUNDIAL *The State in a changing world*. Washington, *World Development Report*, 1997

CASTELLS, Manuel. *Tecnologia da informação e capitalismo global*. In: *No Limite da Racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia I*. São Paulo: Imago Editora, 1976.

DREIFUSS, René A. *Matrizes do século XXI*. São Paulo: Atlas, 2004.

DREIFUSS, René Armand; FURTADO, Celso; TAVARES, Maria da Conceição et al. *Visões da Crise*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Globalização, Exclusão Social e Governabilidade*. Artigo apresentado na I Conferência Latino Americana e Caribenha de Ciências Sociais. 2006. Publicação online, Acesso em 10 de março de 2007

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/globogov.html>.

_____. *Crise econômica e transição democrática*. Editora Klaxon, 1986.

_____. *A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto social*. São Paulo, IEA-USP, ESTUDOS AVANÇADOS n. 33, maio/ago. 1998.

FURTADO, Celso. *Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOSTER, John Bellamy. *Ecology against capitalism*. New York: Monthly Review Press, 2002

GIDDENS, Antony; HUTTON, Will. *Uma terceira via global*. In: *No Limite da Racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da URGs, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo, et al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

- KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- KUTTNER, Robert. *O papel dos governos na economia global*. In: *No limite da racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LIMA, Wallace M. *Globalização financeira X democracia*. 2005. Disponível em: < www.economiabr.net/colunas/lima_uallace/globalizacao.html>. Acesso em: 23 abril de 2007.
- LIMA, Alexandre. *A Privatização no Brasil e o Novo Papel do Estado na Economia*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas, UFSC, 1997.
- MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem estar*. São Paulo: Globo, 1999.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol.1. trad, de Reginaldo Sant'Anna, 17ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.
- MARX, Karl. *Manuscrito de Economia Y Filosofia*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- MATOS, Marlene. *ATTAC propõe taxa Tobin para o fundo internacional contra a fome*. Disponível em:< www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=13852>. Acesso em 27 junho 2005.
- MONTBELLER, Gilberto. *Ecodesenvolvimento e economia sustentável*. Florianópolis, UFSC, 1999.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OI. *Industrial Relations, democracy and social stability*. Genebra, Word Labor Report, 1997.
- OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Relatório sobre os Países Americanos*. Lima: OEA/IPEA, 2000.
- REICH, Robert. *El trabajo de las naciones*. Buenos Aires, Vergara Editores, 1993.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização*. Rio de Janeiro, Ipea/Dipes, 1997.
- ROUSSET, Pierre. *A taxa Tobin, uma nova etapa*. Disponível em: < www.anaguerra.com.br/artigos/artigos.htm>. Acesso em 28 junho de 2005.
- ROSSETI, José Paschoal. *Introdução a Economia*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1984.
- SHIVA, Vandana. *O Mundo no Limite*. In: *No Limite da Racionalidade*. 2003.

SIMIONATTO Ivete *Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul*. www.artnet.com.br/gramsci/arquiv150.htm, 2006.

SOROS, George. *A nova arquitetura financeira global*. In: *No Limite da Racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VALLE, C. E. *Qualidade Ambiental – O desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente*. São Paulo: pioneira, 1995, 105p.

VIANA, Álvaro da Rocha. *Globalização, Estado e Exclusão Social*. Monografia de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Econômicas, UFSC, 2001.

VOLCKER, Paul A. *O mar do sistema financeiro global*. In: *No Limite da Racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.